

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOS SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 001/2024  
Data: 03/01/2024



### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
MURAL NO PORTO DE SANTOS CONCORRE A TÍTULO DE MELHOR DO MUNDO DESENHO, FEITO NO TERMINAL XXXIX, ESTÁ ENTRE OS 50 DA PLATAFORMA MAIS IMPORTANTE DE STREET ART.....	4
ANTAQ DETERMINA DESCONTO TARIFÁRIO EM PORTOS PÚBLICOS .....	5
<b>MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>7</b>
ANO COMEÇA COM ISENÇÃO DA IPVA PARA CARROS ELÉTRICOS E HÍBRIDOS EM ALAGOAS.....	7
CONSUMIDORES, EM ALTA TENSÃO, PODEM IR PARA O MERCADO LIVRE DE ENERGIA EM 2024 .....	8
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF .....</b>	<b>9</b>
BALANÇO 2023 - INOVAÇÃO PARA AMPLIAR SERVIÇOS AO CIDADÃO E TORNAR PISTAS MAIS SEGURAS MARCA TRÂNSITO EM 2023 .....	9
TRÂNSITO - MOTORISTAS PAULISTAS JÁ PODEM INDICAR REAL INFRATOR DE MULTAS APLICADAS VIA CDT .....	11
BALANÇO 2023 - DIÁLOGO CONSTANTE E MODELO INÉDITO DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS APROXIMARAM SETOR PRIVADO DA AGENDA DE TRANSPORTES .....	12
<b>PORTAL PORTO GENTE .....</b>	<b>16</b>
PROJETOS DO PORTO DE SANTOS SEM GESTÃO PARA ACONTECEREM .....	16
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT – 03/01/2024 .....</b>	<b>17</b>
EDITORIAL – COMPROMISSO COM O FUTURO.....	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	18
<i>Voa Brasil 1</i> .....	18
<i>Voa Brasil 2</i> .....	18
<i>Pedágio 1</i> .....	18
<i>Pedágio 2</i> .....	18
<i>Pedágio 3</i> .....	18
<i>Mar Vermelho</i> .....	18
NACIONAL - TCU MANTÉM RESTRIÇÃO DE VOOS NO SANTOS DUMONT .....	18
NACIONAL - SANTOS BRASIL VAI INTEGRAR ÍNDICES DA B3 VOLTADOS À SUSTENTABILIDADE .....	19
NACIONAL - ALÍQUOTA DE IMPORTAÇÃO SOBRE VEÍCULOS ELÉTRICOS COMEÇA A SER COBRADA.....	20
NACIONAL - GRUPO DE TRABALHO VAI DEBATER REVISÃO DA TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL .....	21
REGIÃO NORDESTE - EM ANO RECORDE, PORTO DO ITAQUI MOVIMENTA MAIS DE 36 MILHÕES DE TONELADAS .....	22
REGIÃO SUDESTE - INFRAERO ASSUME GESTÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE ITAPERUNA .....	23
REGIÃO SUL - EXPORTAÇÕES DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS CRESCEM 287% NO TECON RIO GRANDE.....	24
REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ SERÁ O PRIMEIRO DO BRASIL A INCLUIR CRÉDITOS DE CARBONO NAS OPERAÇÕES .....	24
BE NEWS - SUZANO RECEBE NAVIO ESPECIALIZADO PARA O TRANSPORTE DE CELULOSE .....	26
SEM CATEGORIA - GOVERNO DE SP INICIA PROCESSO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRAVESSIA HIDROVIÁRIA .....	27
INOVAÇÃO - EM BUSCA DA DESCARBONIZAÇÃO, DHL VAI SUBSTITUIR 2 MIL VEÍCULOS DE SUA FROTA GLOBAL .....	27
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT – 02/01/2024 .....</b>	<b>28</b>
EDITORIAL – A SOLUÇÃO INTERMODAL.....	28
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	29
<i>Nova pauta 1</i> .....	29
<i>Nova pauta 2</i> .....	29
<i>Mar Vermelho 1</i> .....	29
<i>Mar Vermelho 2</i> .....	30
<i>Mar Vermelho 3</i> .....	30
NACIONAL - GOVERNO ANUNCIA RECORDE COM ABERTURA DE 78 NOVOS MERCADOS EXPORTADORES .....	30
NACIONAL - ANTT ANUNCIA CONCURSO COM 50 VAGAS PARA 2024.....	30
REGIÃO NORDESTE - SANÇÃO DE LEI GARANTE CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CASO DE RELICITAÇÃO DO PAÍS .....	31
REGIÃO NORDESTE - IRÃ ESTUDA PARCERIA COMERCIAL COM O PORTO DO ITAQUI .....	32
REGIÃO SUDESTE - SP CONSTRUIU E RECUPEROU 6,4 MIL KM DE ESTRADAS EM 2023 .....	32
REGIÃO SUL - PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL TEM ALTA DE 30% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS .....	33
REGIÃO SUL - HOLANDESES MIRAM INVESTIMENTOS EM ENERGIA VERDE NOS PORTOS DO PARANÁ.....	34
PORTO DO ITAQUI - PORTO DO ITAQUI ANUNCIA 2023 COMO O MELHOR ANO DA HISTÓRIA DO COMPLEXO.....	36
REGIÃO SUDESTE - INFRAERO ASSUME GESTÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE ITAPERUNA .....	36
PORTO DE FORTALEZA - PORTO DE FORTALEZA EXPANDE ROTAS E QUASE DOBRA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS .....	37
AEROPORTOS - TCU MANTÉM RESTRIÇÕES DE VOOS NO AEROPORTO SANTOS DUMONT.....	38



<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>39</b>
ELETOBRAS RECORRE AO STF PARA DERRUBAR LIMINARES QUE BARRAM ASSEMBLEIA SOBRE INCORPORAÇÃO DE FURNAS39	
SPACEX, DE ELON MUSK, LANÇA PRIMEIROS SATÉLITES PARA TELEFONIA MÓVEL EM CELULARES COMUNS.....	40
PRÊMIO NOBEL ALERTA: COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, TI PODE SEMEAR 'AUTODESTRUIÇÃO DOS EMPREGOS' .....	41
ALTA DO MÍNIMO, GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO E PIB MENOR DIFICULTAM TAREFA DE CUMPRIR META DE DÉFICIT ZERO42	
CONSULTORIA DO SENADO ANALISA MP DA FAZENDA QUE REONERA A FOLHA DE PAGAMENTOS E PROMETE PARECER ESTA SEMANA .....	44
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>45</b>
‘A DEMOCRACIA É INTOCÁVEL, O STF NÃO PERMITIRÁ IMPUNIDADE’, AVISA MORAES .....	45
TETO PARA ROTATIVO DO CARTÃO DE CRÉDITO COMEÇA A VALER NESTA QUARTA-FEIRA; ENTENDA.....	47
LÍDERES AVALIAM QUE CONGRESSO REJEITARÁ MEDIDA DO GOVERNO QUE REVOGOU DESONERAÇÃO .....	48
NOSSO PLANO É FAZER 35 CONCESSÕES DE RODOVIAS ATÉ O FIM DO GOVERNO LULA, DIZ RENAN FILHO .....	50
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>52</b>
COM LEWANDOWSKI FAVORITO PARA LUGAR DE DINO, PSB TENTA MANTER CARGO NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA .....	52
BASE ALIADA FRÁGIL CONTINUA A DEMANDAR NEGOCIAÇÕES EM VOTAÇÕES NO CONGRESSO .....	53
MINISTRO DO TCU NEGA PEDIDO E MANTÉM PORTARIA QUE LIMITA VOOS NO SANTOS DUMONT EM 2024 .....	57
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>58</b>
CARIOCA ENGENHARIA CONCLUI PRIMEIRA ETAPA DE CONCRETAGEM DO PORTO DO RIO DE JANEIRO .....	58
CUSTOS DE TRANSPORTE DISPARAM COM ATAQUES NO MAR VERMELHO .....	58
TRANSPETRO ENCERRA 2023 COM MAIS DE R\$ 500 MILHÕES EM NOVOS NEGÓCIOS.....	59
MARINHA DO BRASIL RESGATOU 754 PESSOAS NO MAR E RIOS EM 2023.....	60
SUPER TERMINAIS VAI RECEBER COM EXCLUSIVIDADE NAVIOS DA NORCOAST EM MANAUS.....	61
ARTIGO - REPORTO ATÉ 2028.....	61
EXPORTAÇÃO DE GRÃOS VIA PORTOS AMAZÔNICOS AUMENTA MAIS DE 20% EM 2023 .....	62
OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA: RESULTADO DO 2º CICLO É HOMOLOGADO PELA ANP .....	62
EIG ADQUIRE A OCYAN POR US\$ 390 MILHÕES .....	63
ARTIGO - BENEFÍCIOS DA ANÁLISE DE DADOS PARA A LOGÍSTICA DO SETOR DE TRANSPORTES.....	64
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>65</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	65





## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### MURAL NO PORTO DE SANTOS CONCORRE A TÍTULO DE MELHOR DO MUNDO DESENHO, FEITO NO TERMINAL XXXIX, ESTÁ ENTRE OS 50 DA PLATAFORMA MAIS IMPORTANTE DE STREET ART

Por: Ted Sartori



*O desenho não poderia ser mais nacional, retratando o saíra-sete-cores, uma ave nativa da Amazônia Foto: Vanessa Rodrigues/AT*

O mural no Terminal XXXIX Santos, do Grupo Caramuru e gerenciado em parceria com a Rumo Logística, na Margem Direita do Porto de Santos, está entre os 50 finalistas do Street Art Cities (Arte de Rua nas Cidades, em português), que escolhe o melhor do mundo de 2023. A plataforma é a mais importante da street art internacional.

“Esse prêmio nunca veio para o Brasil e tem chances de vir justamente para Santos. É um título importante. O mercado de street sempre almeja essa premiação. Lá estão os melhores”, afirma Silvia Neves, curadora da Campanha Spray Art, da qual a pintura fez parte, e é uma das pesquisadoras mais importantes desse mercado.

A pintura foi feita pelo artista Jack Lack, alemão nascido em Stuttgart, e que teve como assistente Felix Fesa Sauer, também da Alemanha, mas de Munique, com patrocínio da empresa responsável pelo espaço - a Caramuru. Ele trabalhou na obra no início do ano passado e ficou impressionado com o resultado.

“Era algo que estava muito fora da minha zona de conforto, não só pela sua enorme dimensão (1.000 metros quadrados de área), mas também pela sua estrutura que tornava os detalhes quase impossíveis. Porém, esse desafio sob o sol tropical me fez experimentar agora técnicas e abordagens de pinturas nas quais nem havia pensado antes”, escreveu Lack, no texto que acompanha a arte para votação. “Ele (o artista) inscreveu e nós participamos da seleção enviando as artes em alta resolução”, explica a curadora.

### Concorrência e pássaro

A pintura brasileira concorre com vários outros países, sendo alguns também da própria América do Sul: Argentina, Chile, Espanha, México, Holanda, França, Romênia, Irlanda, Tailândia, Itália, Bélgica, Reino Unido, Portugal, Alemanha, Kosovo e Rússia. E o desenho não poderia ser mais nacional, retratando o saíra-sete-cores, uma ave nativa da Amazônia.

“Ele é um apaixonado pelos pássaros da Mata Atlântica. Também fizemos até um pássaro gigante na Consolação, perto da Avenida Paulista”, conta Silvia - a do Terminal XXXIX foi a primeira arte nessas grandes dimensões feita pelo alemão no Brasil. “Meu processo de curadoria faz com que a gente traga artistas engajados com a causa ambiental. E os pássaros são a pegada com a qual ele tem mais habilidade”, completa.

### Como votar

A votação para escolher o melhor mural do mundo segue até dia 31 no site da Street Art Cities. Também são escolhidas as categorias Impacto e Inovação. Ao final, a pessoa coloca seu endereço de e-mail para a confirmação da escolha feita.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/01/2024

### ANTAQ DETERMINA DESCONTO TARIFÁRIO EM PORTOS PÚBLICOS

Locais com canal de acesso deficitário precisarão abater valores para navios de grande porte, decidiu a agência

Por: [ATribuna.com.br](http://ATribuna.com.br)



**Vista aérea da extensão do Porto de Santos, considerado o maior complexo portuário da América Latina Foto: Divulgação/Autoridade Portuária de Santos**

Os portos públicos com canal de acesso deficitário terão que conceder abatimentos nas tarifas para navios de grande porte. A determinação foi imposta às autoridades portuárias pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), no último dia 14. A medida, que deverá ser publicada no Diário Oficial da União (DOU) nos próximos dias, só será implementada quando as

tabelas forem alteradas.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, explicou que para o abatimento ser implementado é necessário que as autoridades portuárias alterem suas tabelas tarifárias para incluir a regra mencionada no item 5.1 do acórdão (decisão da diretoria). “A Antaq se mobilizará e coordenará com as autoridades portuárias para que os abatimentos sejam implementados o mais rápido possível”.

O órgão regulador definiu um período mínimo de 60 dias de antecedência para a vigência de novas tarifas e maior participação dos interessados nas revisões tarifárias.

Nery esclareceu ainda que as gestoras dos portos públicos não precisam ser notificadas da decisão individualmente, mas “a Antaq, por meio de suas superintendências, atuará junto às administrações portuárias para o cumprimento da medida”.

O diretor-geral afirmou que a medida visa que as administrações portuárias ofereçam o nível de serviço adequado. “Queremos, com essa medida, encorajar as autoridades portuárias a oferecerem o nível de serviço ao qual se comprometeram a prestar quando as tabelas tarifárias foram aprovadas”.

Nery acrescentou que os preços pagos pelos usuários impõem que haja uma contrapartida que é justamente a infraestrutura aquaviária ou de acesso terrestre que a autoridade portuária deve oferecer. “O efeito esperado é um ajuste a médio e longo prazo no aumento de capacidade”.

Os abatimentos nas tarifas foram solicitados por associações que representam empresas do setor portuário, mas elas não foram reveladas. “O nome das entidades presentes dentro do processo é restrito devido à sua natureza concorrencial”, disse Nery.

Procurado, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, aprovou a iniciativa “porque estimula os investimentos necessários nos portos brasileiros. No Porto de Santos não tivemos, em 2023, nenhuma recusa de navios de grande porte por causa de problemas no canal de navegação. Registramos um único caso de navio, que já tinha adentrado ao Porto, e deixou de atracar por uma avaria na defesa onde ficaria atracado”.

Pomini relembrou que os próximos investimentos em infraestrutura. “Estamos renovando contrato de manutenção da dragagem de 15 metros, que vence em 2024, e preparando modelagem de parceria público-privada (PPP) para concessão da dragagem de aprofundamento para 16 metros, além de realizar estudos para chegar aos 17 metros. Ou seja, tomamos todas as providências para manter o canal nas condições exigidas pelo Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) e pela Antaq”.



O diretor executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, também aprovou a medida. “Demonstra a visão e a preocupação da Antaq para os principais gargalos dos portos, se considerarmos os elevados investimentos que os armadores efetuam com construções de navios maiores e modernos que acabam não ocupando a sua capacidade física permitida de embarque prejudicando, inclusive, os exportadores e o comércio exterior”.

De acordo com Roque, os navios não podem utilizar toda a sua capacidade de carga “devido à restrição de calado e a sua insuficiência de profundidade e de manutenção frequente da dragagem, além de ausência de batimetrias constantes — de pelo menos de três em três meses—, no canal de acesso e berços”.

O diretor do Sindamar diz que “sempre se busca a melhor taxa de assoreamento do canal do Porto e essas limitações do draft (calado do navio) forçarão as autoridades portuárias a manter um serviço constante.

### **Medida "acertada e tardia"**

O consultor portuário da Agência Porto Consultoria, Ivam Jardim, disse que a medida é acertada. Ele explicou que com a Resolução Antaq Nº 61/2021, o modelo de cobrança da Tabela I, que trata do canal de acesso do Porto, tornou-se variável, sendo cobrado pela tonelagem de porte bruto da embarcação. Antes, no Porto de Santos, cobrava-se por tonelada efetivamente carregada nas embarcações.

“Ocorre que, em alguns fretes marítimos, por questão de falta de infraestrutura em determinado porto, é necessário que o importador ou exportador não se utilize da total capacidade de carga do navio, para, por exemplo, deixá-lo aliviado para que não ultrapasse o calado operacional de determinado porto. Nesses casos, tem-se o prejuízo do ‘frete morto’ e ainda se paga mais pelo navio ser de grande porte”.

Porém, Jardim destacou que a Antaq deveria adotar a mesma medida sobre a Tabela II, de Instalações de Acostagem, e Tabela III, de Instalações Infraestrutura Operacional ou Terrestre. “Aqui no Porto de Santos, quando foi estabelecida a atual tarifa portuária, para se dimensionar a Tabela III, projetou-se o custo necessário à manutenção existente e contratada e se adicionou a remuneração de R\$ 936,3 milhões, valor esse projetado para investimentos na expansão e modernização da infraestrutura comum do porto organizado, que devem ser iniciados em até 36 meses e concluídos em até 84 meses após início da vigência, que se deu em 1º de abril de 2022”.

Quanto a investimentos, Jardim analisou que “os usuários sequer participaram da definição e, em consulta aos dados de execução orçamentária e financeira da autoridade portuária, verifica-se que até outubro de 2023, R\$ 13,4 milhões foram gastos em investimentos, apenas 5,3% dos R\$ 243 milhões previstos para o ano. Dessa forma, essa arrecadação tem ido para o caixa da autoridade portuária, em vez de efetivamente retornar ao usuário”.

O consultor portuário e diretor da V2PA Engenharia e Consultoria, Marcos Vendramini, avaliou que a medida é “tardia para compensar os arrendatários que investem pesadamente na melhoria da produtividade e aumento da capacidade de seus terminais e acabam penalizados pela ineficiência e falta de interesse do poder público”.

O consultor complementou que a agência deveria considerar também “anos de manutenção deficiente dos berços de atracação que, tal qual um canal de acesso com profundidade insuficiente, talvez apenas não restrinjam as operações devido ao desconhecimento da real condição de suporte das cargas operacionais”.

Vendramini sugeriu ainda uma possível solução alternativa, “já que se fala na concessão da manutenção do canal de acesso, seria a concessão também dos berços para os arrendatários dos terminais limítrofes. Desse modo, em troca da eliminação do pagamento da Tabela II, os terminais



que desejassem ficariam responsáveis pelos berços que operam, realizando a manutenção e atualização dos ativos do berço de forma eficiente”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 02/01/2024



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### ANO COMEÇA COM ISENÇÃO DA IPVA PARA CARROS ELÉTRICOS E HÍBRIDOS EM ALAGOAS

Estado de Alagoas busca uma matriz energética mais verde, estimulando a produção, aquisição e uso de automóveis mais eficientes e menos poluentes.

Da Redação ME



**Carros elétricos ou híbridos: IPVA zero/Foto: produção do site Agência Alagoas**

Buscando incentivar a adoção de tecnologias mais limpas e sustentáveis no setor automotivo, o Governo de Alagoas passa a conceder, em 2024, a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para carros elétricos e híbridos no estado. Atualmente, são aproximadamente 1.900 veículos com essas características e aptos para uso em Alagoas.

Desde 2017, a alíquota de isenção do IPVA no estado era de 2% para veículos elétricos e de 1,5% para carros com uso de gás natural ou de formas híbridas (que funcionam com mais de um motor). Agora, iniciativa do Governo do Estado zera o IPVA para esses automóveis novos no primeiro ano de aquisição.

A Lei nº 9.093, de 11 de dezembro de 2023, é a que regulamenta essa ação que promove a chamada “Transição Energética” em Alagoas. Ela visa uma matriz energética mais verde, estimulando a produção, aquisição e uso de automóveis mais eficientes e menos poluentes.

Em 2024, a partir dessa lei, ficam isentos do IPVA, no primeiro ano de aquisição, todos os veículos automotores que funcionam por meio de eletricidade; e os veículos híbridos, que possuam mais de um motor de propulsão, usando cada um seu tipo de energia para funcionamento, sendo que a fonte energética de um dos motores seja energia elétrica.

“Além disso, zerando o IPVA desses automóveis isso estimula o mercado de compra e venda dos veículos híbridos e elétricos, que é um segmento que está em grande expansão no mundo, assim como a comercialização de peças desses veículos. Isso também gera um grande estímulo no setor econômico estadual uma vez que atraem novos investidores voltados a fabricação de veículos nesse segmento”, destaca o secretário especial da Receita Estadual, Francisco Suruagy.

Conforme explica o secretário, essa medida visa proporcionar o crescimento da compra e a venda de carros elétricos e híbridos no estado, além de buscar proporcionar uma redução na poluição e nas emissões de gases de efeito estufa, amenizando assim os impactos ambientais associados aos veículos movidos a combustíveis fósseis.

Todos esses objetivos são comuns em poucas Unidades da Federação que trilham os mesmos passos que Alagoas. Dos 26 estados brasileiros, apenas nove (incluindo Alagoas) e o Distrito Federal já possuem regras locais com legislação própria que reduzem ou isentam o IPVA para veículos eletrificados. Alagoas ganha destaque no mapa nacional pela inovação.



### IPVA depois de um ano de aquisição

No segundo ano de aquisição, os veículos elétricos novos pagarão 0,50% do valor do IPVA. A partir do segundo ano, o valor pago será de 1%. Já para os carros híbridos, a alíquota após o primeiro ano será de 0,75% do valor do IPVA e a partir do segundo ano, 1,50%.

Para veículo automóvel de passageiro, de carga ou misto que utilize gás natural, a alíquota de isenção do IPVA será de 1,5%.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 01/01/2024**

### CONSUMIDORES, EM ALTA TENSÃO, PODEM IR PARA O MERCADO LIVRE DE ENERGIA EM 2024

Há alguns anos, o mercado livre começou vendendo energia mais barata só para os grandes consumidores.

**Por Ângela Fernanda Belfort**



**CEO da Kroma Energia, Rodrigo Mello, diz que a empresa já está sentindo o aumento da procura das empresas para ingressarem no mercado livre. Foto: Divulgação/Kroma Energia**

Todos os consumidores que recebem a energia, em alta tensão, poderão migrar para o mercado livre de energia a partir desta segunda-feira, 1º de janeiro de 2024. “O Mercado Livre de Energia é um ambiente de negociação onde o cliente possui a liberdade de escolher quem vai fornecer sua energia”, explica o CEO da empresa pernambucana Kroma Energia, Rodrigo Mello, que atua há 15 anos como comercializadora de energia.

“A nossa expectativa é de que, em todo o País, cerca de 120 mil consumidores migrem para o mercado livre”, conta Rodrigo. A principal vantagem da migração, segundo Rodrigo, é a economia na conta de luz que pode chegar até a 40% sem a empresa ter que realizar investimentos.

A redução na conta de energia ocorre porque o mercado livre é mais competitivo do que o mercado cativo, na qual o consumidor final paga por toda a falta de planejamento do setor elétrico brasileiro, além de penduricalhos que são embutidos neste tipo de tarifa. No mercado cativo, o consumidor é obrigado a comprar energia de uma única empresa, que é uma distribuidora, como é o caso da Neoenergia (antiga Celpe), em Pernambuco. Tudo que ocorre no mercado cativo é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Também no mercado livre, a energia tem o mesmo preço, independente do horário, o que também não ocorre no mercado cativo. “No Mercado Livre de Energia, é possível negociar livremente as condições comerciais com o fornecedor, quantidade de energia contratada, preço, período de suprimento e pagamento, entre outros fatores”, conta Rodrigo, acrescentando que a Kroma já sentiu um aumento da procura por informações de estabelecimentos como restaurantes, clínicas e postos de gasolina. “Tem gente que migra só com o CPF”, cita Rodrigo.

Na Kroma, são cerca de 50 novos agentes consumidores entrando mensalmente. Isso provocou um aumento de 30% nas vendas da comercializadora, comparando o segundo semestre deste ano com o mesmo período de 2022. “São muitos consumidores, mas o consumo é baixo, porque estão migrando agora os estabelecimentos pequenos”, comenta Rodrigo.



Os grandes consumidores foram os primeiros a consumirem no mercado livre e já estão lá há alguns anos. “Gradativamente, o mercado livre saiu do atacado e foi para o varejo. Se a empresa usa um transformador para receber em alta tensão, pode migrar para o mercado livre”, argumenta Rodrigo.

No entanto, quem está interessado em fazer parte do mercado livre, tem que se programar. Pelas regras vigentes, o cliente que deseja ir para o mercado livre tem que comunicar à distribuidora que não vai mais comprar a energia vendida pela empresa com seis meses de antecedência.

Em princípio, quando as distribuidoras de energia passaram a ser operadas por empresas privadas no começo dos anos 2000, se falou que depois de um tempo haveria concorrência neste mercado, o que não ocorreu, embora tenham passado duas décadas. Os consumidores de baixa tensão, como as residências, só podem comprar, até hoje, energia de uma única distribuidora.

“A expectativa é de que o mercado se abra para os consumidores de baixa tensão em 2028, mas ainda não tem nada definido sobre isso”, comenta Rodrigo, que considera o mercado livre mais democrático do que a Geração Distribuída (GD), porque o consumidor não tem que fazer investimento para ter acesso a uma energia mais barata.

A GD permite a instalação de pequenos sistemas de geração de energia, por exemplo, nos telhados das residências, para o consumidor produzir uma parte da energia que consome. Este tipo de cliente também tem uma conta de energia mais barata, porque fabrica grande parte da energia que consome.

A energia vendida pelo mercado livre geralmente vem de fontes limpas, como as eólicas ou a produzida por usinas solares. As empresas que optaram pelo mercado livre não se arrependem. É o caso do Hospital Jayme da Fonte, no Recife. A empresa fez uma economia em torno de 19% ao mês desde 2020, quando passou a comprar energia no mercado livre via Kroma, segundo o superintendente do Hospital Jayme da Fonte, Antônio Jayme da Fonte.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 01/01/2024**

## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### BALANÇO 2023 - INOVAÇÃO PARA AMPLIAR SERVIÇOS AO CIDADÃO E TORNAR PISTAS MAIS SEGURAS MARCA TRÂNSITO EM 2023

Carteira Digital de Trânsito (CDT) chegou a 53,2 milhões de usuários, com aumento de serviços oferecidos e total de atendimentos. Senatran intensificou uso da tecnologia para aprimorar ações capazes de reduzir violência nas ruas e estradas do país



**Estudo inédito mostrou o perfil das infrações de 15 anos de Lei Seca no Brasil - Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil**

Com mais de 53,2 milhões de usuários, a Carteira Digital de Trânsito (CDT) teve no ano de 2023 sua popularidade confirmada ao se tornar um dos aplicativos mais baixados do Governo Federal. O recurso é o terceiro mais baixado do Governo Federal nas lojas de ferramentas para aparelhos celulares no Brasil, atrás apenas do gov.br e da Carteira de Trabalho Digital.



“Nossa prioridade é salvar vidas, e estamos investindo em soluções inovadoras que contribuam com essa missão, aprimorando a análise de dados e o uso de tecnologias que permitam um planejamento viário capaz de reduzir a violência e as mortes em rodovias e vias urbanas”, explicou o ministro dos Transportes, Renan Filho, que preside o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), órgão máximo consultivo e deliberativo do Sistema Nacional de Trânsito, e responsável por elaborar as diretrizes da política nacional do setor.

### Quais são os serviços disponíveis na CDT?

- Indicação do real infrator, no qual o proprietário do veículo realiza a transferência da multa para quem realmente cometeu a infração, contou com 240.159 mil acessos em 2023 contra 73.189 mil acessos em 2022;
- Condutores podem emitir a credencial de estacionamento para pessoas com mais de 60 anos;
- Com o Sistema de Notificação Eletrônica (SNE), é possível pagar multas com desconto de até 40%;
- A venda digital, que possibilita a assinatura eletrônica da autorização de transferência direta de propriedade de veículos (ATPV-e), fechou o ano com sucesso: foram realizadas mais de 334 mil transações, com participação de 20 estados brasileiros;
- Gerenciar o cadastro positivo, que busca beneficiar usuários que não tenham cometido infrações nos últimos 12 meses;
- Consultar se existem multas ou notificações de infração de condutor e veículo.

### Tecnologia

Uma das soluções apresentadas pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) em 2023 é o Antecipa – Tráfego Inteligente, ferramenta digital lançada em novembro e que usa inteligência artificial e machine learning para ajudar na prevenção e redução de sinistros de trânsito. A ideia é oferecer um melhor planejamento viário, a partir de um mapeamento dinâmico de áreas com alto risco de ocorrências. Testado nos municípios de São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG), além de em trecho urbano da BR-230/PB, em João Pessoa (PB), o Antecipa é capaz de analisar dados e indicar local, dia e hora com mais chance de registro de colisões e outros desastres automobilísticos. E o melhor: quanto mais informações processa, mais a ferramenta aprende e se aprimora.

A precisão é tanta que os melhores resultados apurados na fase de testes indicaram: caso estivesse em uso regular, o Antecipa teria evitado 72% dos sinistros analisados e gerado economia de até R\$ 88.560 em gastos relacionados a acidentes. A Senatran encoraja agora a adesão de novos municípios ao uso dessa tecnologia, que pode ser adaptada à realidade de centros urbanos de diferentes tamanhos, aperfeiçoando o planejamento viário para poupar vidas.

### Revisão de dados

Outra iniciativa que lança mão da tecnologia para salvar vidas é a revisão do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest), em andamento desde o início de 2023. A expectativa é que seja lançado ainda neste primeiro semestre um aplicativo voltado a gestores de trânsito e capaz de alimentar com mais agilidade e precisão a base de dados da Senatran. “O aplicativo será usado por todos os agentes, por policiais, bombeiros e demais envolvidos no atendimento de sinistros, que poderão incluir os elementos básicos das ocorrências na plataforma para formar o novo Renaest”, detalhou o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

### Plano nacional

Igualmente importante foi a decisão da Senatran de estabelecer entre suas diretrizes principais a revisão do Plano Nacional de Redução de Lesões e Mortes no Trânsito (Pnatrans). Com a missão de reduzir pela metade a quantidade de ocorrências fatais por grupo de habitantes e grupo de veículos até 2030, o Pnatrans deixou sua digital em série de ações educativas, regulamentações, estudos e novas tecnologias ao longo do ano.

“Fizemos uma série de reuniões com órgãos e entidades de todo o Brasil, com todo o Sistema Nacional de Trânsito, e recuperamos essa preocupação com o discurso pela segurança viária, que ficou em segundo plano nos últimos anos”, afirmou Aduardo Catão. “Procuramos mudar o espírito do Pnatrans em 2023, de modo que possamos acompanhar as metas nacional e localmente, premiando aqueles que estão cumprindo com suas obrigações e cobrando daqueles que não estão. Só com esse acompanhamento teremos condições de atingir a meta dos 10 anos, que é de reduzir em 50% o índice de mortalidade no trânsito no Brasil”, completou o secretário.

Do cuidado com os mais vulneráveis ao perfil dos infratores da Lei Seca, que permitirá uma atuação mais efetiva no cumprimento da norma, a preocupação em trazer melhorias à segurança viária e preservar vidas norteou as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal quando o assunto é trânsito.

### Defesa dos mais vulneráveis

O Contran regulamentou em 2023 uma questão importante com foco nos mais vulneráveis no trânsito: a resolução que atualiza a classificação de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, como patinetes e skates. Com o objetivo de aprimorar a definição dos veículos, estabelecendo as linhas de fronteira entre uma tecnologia e outra, a nova norma busca facilitar o registro e o licenciamento dos ciclomotores, dando o prazo de 31 de dezembro de 2025 para os proprietários regularizarem a situação.

Outra questão de segurança viária que ganhou a chancela do Ministério dos Transportes foi a autorização para o uso de sinalização experimental para motocicletas em 17 avenidas do município de São Paulo, dentro do projeto denominado Faixa Azul. Apesar de estar em fase de testes, o projeto tem atraído o interesse de outros municípios. Está em análise pela equipe técnica da Senatran, por exemplo, o pedido de implantação de sinalização experimental similar ao Faixa Azul no município de Santo André (SP).

### O que vem por aí

Em 2024, espera-se que a Carteira Digital de Trânsito incorpore a organização da cobrança do free flow. De acordo com o secretário Aduardo Catão, o serviço possibilitará ao cidadão acesso a todas as informações acerca do sistema de pagamento de pedágio por livre passagem: por onde passou, quando passou, o valor e onde é possível pagá-lo. “O usuário vai poder controlar tudo isso por meio da CDT. Esse vai ser um grande serviço, entre os outros que já temos disponíveis, no caminho de desburocratizar o acesso do cidadão aos serviços de trânsito”, acrescentou Catão.

No âmbito internacional, o Governo Federal fechou um acordo com Portugal, em setembro, que permite a motoristas brasileiros que moram no país europeu usar a carteira nacional de habilitação emitida no Brasil sem necessidade de troca do documento pelo do país estrangeiro. A meta agora é avançar com esse tipo de benefício: o Brasil negocia acordo similar também com a Itália.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 03/01/2024*

## TRÂNSITO - MOTORISTAS PAULISTAS JÁ PODEM INDICAR REAL INFRATOR DE MULTAS APLICADAS VIA CDT

“Funcionalidade é importante para desburocratizar os processos relacionados às autuações de trânsito, de forma mais rápida e prática”, defendeu o secretário nacional de Trânsito, Aduardo Catão



**Outras sete unidades da Federação já oferecem a funcionalidade, como Distrito Federal e Rio de Janeiro - Foto: Divulgação/Detran-SP**

Motoristas de São Paulo, estado mais populoso do país, agora contam com a opção de indicar o real condutor de uma infração de trânsito aplicada pelo Departamento de Trânsito paulista (Detran-



SP) via aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT). Elaborada pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) do Ministério dos Transportes, em parceria com o Serpro, empresa de tecnologia do Governo Federal, a funcionalidade é a opção mais prática para o proprietário fazer essa comunicação, que antes precisava ser feita em papel e de forma presencial.

A adesão do Detran-SP soma-se a órgãos de trânsito de outras sete unidades da Federação: Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Minas Gerais. "A possibilidade de fazer a indicação do real infrator por meio da tecnologia, de forma prática e segura, é importante para desburocratizar os processos relacionados às autuações de trânsito, facilitando a vida dos cidadãos", afirmou o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

### Passo a passo

"Transformação digital é se valer da tecnologia para reduzir a burocracia do Estado. Informar o Real Infrator pela Carteira Digital de Trânsito é um exemplo de funcionalidade que simplifica o acesso ao serviço público, facilitando a vida do cidadão e agilizando os processos administrativos. A adesão do Detran de São Paulo é estratégica, uma decisão inteligente para a unidade federativa com a maior frota do país. Seguimos confiantes que iremos colaborar significativamente com a modernização de todos os estados e municípios, para que sejam transformados pela inteligência do governo brasileiro", defendeu o presidente do Serpro, Alexandre Amorim.

- O proprietário deve acessar a CDT e, no aplicativo, indicar o nome e o CPF de quem estava conduzindo o veículo no momento em que a infração de trânsito foi registrada;
- São 30 dias de prazo a indicação do real infrator é de 30 dias, a contar da data de notificação da infração;
- A pessoa indicada não pode estar na condição de falecido;
- O real condutor receberá uma comunicação e precisará confirmar sua responsabilidade pela infração indicada;
- Desta forma, caberá ao verdadeiro condutor – e não ao dono do veículo – arcar com os custos da multa específica e os pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) decorrentes da penalidade;
- Os envolvidos que optarem pelo processo não precisam comparecer a unidades físicas dos órgãos de trânsito: tudo é feito on-line, acessando o aplicativo da CDT.
- O serviço só pode ser utilizado por pessoas físicas, e tanto o proprietário do veículo quanto o indicado devem possuir CNH digital, além de conta no portal de serviços do governo – gov.br – de nível ouro ou prata.

"As recentes inovações implementadas pelo Detran-SP refletem o nosso compromisso contínuo em proporcionar serviços de excelência à população. Essas iniciativas não apenas simplificam processos, mas também destacam a dedicação do Detran-SP em oferecer uma experiência eficiente e acessível aos cidadãos paulistas, contribuindo para a melhoria contínua do trânsito e da qualidade de vida no estado", disse o presidente do Detran-SP, Eduardo Aggio.

### Balanço

O dispositivo está alinhado ao fluxo do Sistema de Notificação Eletrônica (SNE). Pelo uso da tecnologia, o motorista pode receber as multas no seu aparelho celular e fazer o pagamento com desconto de até 40%. Em 2022 foram feitas 73.189 mil indicações de real infrator. Já em 2023, foram 243.257 mil indicações, sendo 225.260 feitas diretamente no aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT) e outras 19.997 mil pelo Portal. O total em 2023 é 3,3 vezes maior do que em 2022.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF  
Data: 03/01/2024

**BALANÇO 2023 - DIÁLOGO CONSTANTE E MODELO INÉDITO DE CONCESSÕES  
RODOVIÁRIAS APROXIMARAM SETOR PRIVADO DA AGENDA DE TRANSPORTES**



Os dois primeiros leilões do Novo PAC injetaram mais de R\$ 30 bilhões em investimentos e serviços operacionais em rodovias concedidas. Gestão também promoveu série de encontros bilaterais e roadshow com investidores internacionais



**Ministro Renan Filho dialoga com o setor privado durante do Brasil Transport Invest, em outubro, na B3. - Foto: Marcio Ferreira/MT**

Retomar projetos significativos e construir uma agenda sólida para desenvolver a infraestrutura de transportes brasileira em 2023 foi possível diante da parceria entre os setores público e privado. Por entender a importância de aliar os segmentos, o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, promoveu uma série de medidas para aproximar os investidores: qualificação regulatória para os projetos; promoção de rodadas de negócios; inclusão inédita de concessões no Novo PAC; troca de experiências com empresas estrangeiras; diálogo constante e escuta sempre ativa para manter o interesse do mercado nas iniciativas desenvolvidas pela Administração Pública.

A nova política de concessões rodoviárias, lançada em junho, também representou um avanço na padronização dos projetos e na atração de novas empresas para atuar no setor. Com a modelagem, foi possível levar a leilão dois lotes de rodovias no Paraná, e injetar R\$ 30,4 bilhões – somados investimentos e serviços operacionais – pelos próximos 30 anos nos 19 trechos de estradas que compõem os sistemas rodoviários. Pela primeira vez, foram concedidas vias estaduais e federais ao mesmo tempo.

## CONCESSÕES RODVIÁRIAS



## Infográfico com a relação de leilões rodoviários em 2024

“Aproximar a iniciativa privada para cumprir os objetivos da administração pública em melhorar a infraestrutura de transportes é uma determinação prioritária da gestão do presidente Lula. Precisamos dos recursos privados para alavancar nossos projetos, elevar a qualidade dos serviços, encurtar distâncias, diminuir custos, aumentar a competitividade, fazer com que o alimento chegue mais barato na mesa dos brasileiros, gerar emprego e renda, e impulsionar a economia do país”, destacou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Ao assumir a gestão, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teve como diretriz principal a recuperação da capacidade de investimento do país, com previsibilidade e segurança jurídica. Por isso, foram adotadas medidas para reforçar o orçamento público, como a promulgação da Emenda Constitucional nº 126/2022, a EC do Bolsa Família, e também para levantar mais aportes privados. Dentro do Novo PAC, o Governo Federal espera garantir R\$ 112,8 bilhões, entre novas concessões e repactuações de contratos rodoviários já existentes. Se considerados os projetos ferroviários previstos no programa, o montante chega a mais de R\$ 200 bilhões em recursos privados para a infraestrutura de transportes terrestres.

## Como funciona a nova política de outorgas?

- Seguindo o novo modelo de concessões rodoviárias, as concorrências devem ocorrer exclusivamente na modalidade de menor tarifa, sem limite de deságio, com aportes de recursos vinculados em caso de deságio acima de 18%.

- Outra inovação é a questão do degrau tarifário no valor do pedágio – a tarifa só sobe quando a obra for entregue, o que faz com que a população enxergue de fato as melhorias.
- Há, ainda, um pilar de sustentabilidade, em que são fomentadas ações como uso da tecnologia free flow, que tem duplo benefício: reduzir a emissão de gases poluentes sem impactar o tempo de viagem de quem trafega pela via.

No Paraná, os sistemas rodoviários agora serão administrados por duas empresas entrantes no setor: a Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A., vencedora do lote 1, e o Consórcio Infraestrutura PR, que arrematou o lote 2.

“Isso demonstra que os investidores enxergam o potencial do Brasil como um mercado muito seguro e atrativo. Por isso atuamos para manter uma relação próxima com o mercado, ouvir quais são os pleitos e as expectativas, rever projetos, precificação, retorno, e fazer as mudanças necessárias em cima disso. Ter novas empresas interessadas em investir no setor é algo que planejávamos muito, e intensificaremos essa aproximação em 2024”, destacou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

### Impacto

As melhorias previstas no contrato de concessão do Lote 1, formado pelas BRs-277/373/376/476/PR e as PRs-418/423/427, terão impacto direto na rotina do representante comercial Claudenir Machado. Há mais de 25 anos, quase que diariamente, ele passa pelas rodovias agora concedidas, e está com a expectativa alta para que as estradas sejam adequadas ao grande fluxo viário registrado na região. “Utilizo muito todas as rodovias que estão para ser pedagiadas, acompanho de perto as melhoras e pioras que tiveram ao longo dos anos, por isso gostaria que as novas concessões pensassem e considerassem aqueles que trafegam por aqui com frequência”, anseia.



<https://www.flickr.com/photos/mtransportes/53413181430/in/album-72177720313541006>

No total, serão 344 quilômetros de vias duplicadas na região, melhoria fundamental para reduzir os riscos de colisões frontais e outras ocorrências graves de trânsito, além de promover mais fluidez viária e reduzir o tempo de viagem. No Lote 2 (BRs-153/277/369/PR e PRs-092/151/239/407/408/411/508/804/855), as obras de ampliação de capacidade e manutenção serão executadas nos 605 quilômetros de pistas – desse total, mais de 350 quilômetros serão duplicados.



### Rodadas de negócio

Manter o espaço aberto para representantes do setor privado e ouvir o mercado para colher sugestão de como estruturar as políticas também foi foco da atuação do Ministério dos Transportes neste ano. No total, a pasta promoveu mais de 50 encontros com representantes de fundos, operadores, instituições financeiras e concessionárias, como grande oportunidade não só de apresentar a carteira brasileira de projetos, mas de esclarecer dúvidas e mostrar detalhes e especificidades de cada empreendimento.

O mercado internacional também foi interlocutor para a definição dos projetos de rodovias e ferrovias em 2023, com expectativa ainda maior para os próximos anos. Em setembro, a delegação chefiada pelo ministro Renan Filho desembarcou em Portugal para troca de experiências e apresentação do portfólio brasileiro a fundos de investimento, operadoras e concessionárias da Europa durante o roadshow Brasil Transport Invest – Portugal, em Lisboa. A iniciativa reafirmou a posição do Brasil diante da agenda internacional. Durante o ano, equipes do Ministério dos Transportes também passaram pela Argentina, pela Alemanha e pelos Emirados Árabes Unidos, participando nesse último da COP28 (Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas).

“Percebemos um aumento de apetite das empresas que já atuam com o Governo Federal e uma sinalização positiva do mercado estrangeiro, uma vez que buscamos contratos mais dinâmicos, com a modernidade que eles esperam. Além disso, nossas ações relacionadas à preservação ambiental e o fomento a ações de incentivo à mudança da matriz energética e à descarbonização também não passam despercebidas”, concluiu a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

### Projeção

Para 2024, o Ministério dos Transportes mantém a expectativa de levar a leilão outros 13 projetos rodoviários, o que representa a injeção de mais de R\$ 122 bilhões em recursos privados nas rodovias federais durante a duração dos contratos. O primeiro leilão do ano será o da BR-040/MG, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, marcado para o dia 11 de abril, na B3, com quase R\$ 9 bilhões previstos em novas obras e serviços operacionais para modernização do trecho concedido.

Outros destaques são os editais da BR-040/MG/GO, no trecho conhecido como Rota dos Cristais, com potencial de assegurar R\$ 6,3 bilhões em investimentos; e o dos lotes 3 e 6 do Paraná, com R\$ 8,1 bilhões e R\$ 8,5 bilhões em novas melhorias, fora os recursos a serem aplicados em serviços operacionais nessas vias.

“Imputar um novo ritmo, estruturar e modernizar os projetos é um processo que leva tempo e necessita de um alinhamento complexo. No primeiro ano de gestão, conseguimos fazer tudo isso e ainda promover dois leilões exitosos”, destacou a secretária Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse. “Para os próximos, temos nos empenhado para resolver problemas, compartilhar riscos, reposicionar o que for necessário, buscando sempre que os investidores tenham o retorno esperado e os usuários tenham obras entregues”, completou.

Também estão previstas para este ano pelo menos seis otimizações contratuais, possíveis pela criação, em maio, de grupos de trabalho com o objetivo de discutir soluções consensuais para contratos de concessão de rodovias em processo de relicitação ou caducidade, protocolados junto à Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso) do Tribunal de Contas da União (TCU).

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**  
**Data: 03/01/2024**



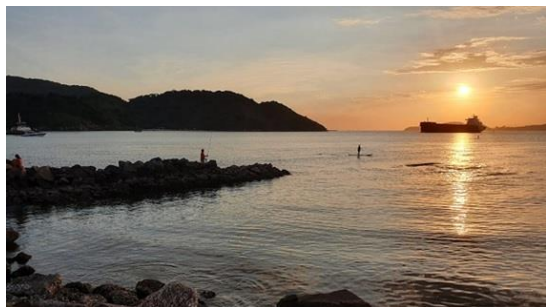
## PORTAL PORTO GENTE

### PROJETOS DO PORTO DE SANTOS SEM GESTÃO PARA ACONTECEREM

*Editor Portogente*

***Existe uma correlação direta entre conhecimento praticado na organização e o nível de resultado que é atingido (Vicente Falconi)***

Uma incerteza, como prenúncio de um fracasso, ronda o programa de projetos do Porto de Santos anunciado pela atual diretoria. São obras aguardadas há décadas e essenciais para aumentar a competitividade do porto. Entretanto, tendo passado quase um ano, o túnel submerso, ligando as margens do canal de acesso, entre Santos e Guarujá, não tem sequer um cronograma consolidado das suas tantas etapas, com racionalidade científica. A dragagem prevista para aprofundamento



desse canal beira a judicialização. E, também, seguem imprevisíveis a Av. Perimetral da Margem Esquerda e a proposta de produzir Hidrogênio Verde. Portanto, esses projetos tidos como prioritários pelo governo não demonstram probabilidade de serem inaugurados, neste mandato do presidente Lula.

***À entrada do Porto de Santos. Crédito: Acervo Portogente.***

***Veja mais \* Custo político do Porto de Santos***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115665-custo-politico-do-porto-de-santos>

O contrato da dragagem, para aprofundar os atuais 15 para 17 metros, expõe uma gestão de imprevisibilidade e insegurança, como foi a limitação imposta pela Diretoria Executiva da Autoridade Portuária – DIREX, para reverter a renovação desse contrato, sem licitação. Prenuncia judicialização e demora. Nesse sentido, é necessário esclarecer sobre a elaboração do anteprojeto de Dragagem (INPH), com linha de tempo do cronograma com início em setembro de 2023. A análise permite conhecer a verdade dos fatos, melhora as decisões e garante excelentes resultados.

***Veja ainda \* Ministro dá rumo à dragagem do Porto de Santos***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115737-ministro-da-rumo-a-dragagem-do-porto-de-santos>

Outras incertezas, cujas consequências são imprevisíveis, ocorrem na Parceria-Público-Privada (PPP) para o sistema viário da 2ª fase da Av. Perimetral da Margem Esquerda (APME). Um problema de múltiplas variáveis e que há muito aguarda uma solução definitiva. Propõe uma concessão administrativa com prazo de 20 anos, cujo edital tem publicação prevista para outubro de 2024. Com túnel e parcerias totalizam um investimento da ordem de R\$ 19 bilhões em três anos. Com certeza, essas soluções há décadas aguardadas, não passam despercebidas pela comunidade do porto nem pela sociedade e, por isso, são um debate permanente.

***Veja mais \* Debater a Antaq e regionalizar os portos***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115706-debater-a-antaq-e-regionalizar-os-portos>

A recente demissão do ex-diretor de Engenharia, Carlos Magano, pelo novo ministro Silvio Costa Filho (Republicanos), como estratégia política, não é coisa de pouca importância. Ex-funcionário e diretor do Porto de Santos, de longa, dedicada e exitosa carreira, bem como liderança, sua dispensa representa grave perda de qualidade na equipe desse projeto. Especialmente por seu conhecimento amplo do sistema e a falta de consistência que se percebe no andar lento e atrapalhado dos projetos.

***Veja também \* Portos de Santos e do Maranhão disputam hinterlândias***

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115685-portos-de-santos-e-do-maranhao-disputam-hinterlandias>





O que se assiste é um insucesso anunciado, de pronto, vítima do encadeamento e resistência burocráticos, cuja superação impõe competência diferenciada. As soluções para viabilizar esses projetos são características: exigem engenharia e experiência ampla e robusta de realizar projetos complexos com resultado efetivo para os desafios do Porto de Santos. Diferente das impressões simplistas e enganosas, que há muito norteiam as diretorias desse principal porto do hemisfério sul, com resultados desfavorecendo os objetivos portuários e nacionais.

**Veja ainda \* Antaq: hora de ser o que deveria ser**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/103315-antaq-hora-de-ser-o-que-deveria-ser>

Esse programa de obras portuárias de engenharia especializada, com o novo estado de delegação de competências à Autoridade Portuária de Santos, deve se constituir num sistema de gestão com partes interligadas, com função de produzir resultados. O presidente Lula tem o Porto de Santos na memória da sua infância, com capítulos de luta com significado relevante na sua trajetória política exitosa. É preciso realizar a transição desse pujante complexo portuário para ser competitivo na nova realidade portuária mundial. Missão para profissional habilitado.

**Veja mais \* Porto de Santos à deriva, navegar é preciso**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115670-porto-de-santos-a-deriva-navegar-e-preciso>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 03/01/2024



**BE NEWS – BRASIL EXPORT – 03/01/2024**

**EDITORIAL – COMPROMISSO COM O FUTURO**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A inclusão da operadora logística Santos Brasil, pelo segundo ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 é um testemunho do compromisso firme da empresa com a responsabilidade ambiental, desenvolvimento social e governança (ESG). Em um cenário corporativo global que cada vez mais valoriza práticas sustentáveis, a presença no ISE é um indicador sólido do alinhamento da companhia com os princípios que visam à sustentabilidade a longo prazo e um exemplo a ser seguido por outros agentes do setor.

O ISE, composto por 78 empresas em sua 19ª carteira, não apenas reconhece o papel fundamental das empresas na promoção de práticas sustentáveis, mas também influencia investidores a apoiar organizações que são socialmente responsáveis. Este índice é uma iniciativa significativa para impulsionar e manter padrões éticos e ambientalmente conscientes em setores diversos, incluindo o portuário.

Além da participação no ISE, a Santos Brasil mantém seu lugar pelo terceiro ano consecutivo no Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2). Esse índice destaca as 100 empresas que assumiram o compromisso de divulgar de maneira transparente suas emissões de gases de efeito estufa.

Ao integrar esses índices, a Santos Brasil segue tendências globais de negócios sustentáveis e, principalmente, demonstra um comprometimento real com a construção de um futuro ambientalmente responsável. A transparência nos negócios, o cuidado com as emissões de carbono e o apoio a práticas justas e inclusivas são elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais resiliente e equitativa.

Para as empresas do setor de transportes, particularmente no ambiente portuário, a adoção de valores ESG não é apenas uma escolha ética, mas também uma estratégia pragmática para garantir a relevância e a sustentabilidade em um mundo que demanda cada vez mais responsabilidade



ambiental e social. A Santos Brasil, ao continuar aprimorando suas práticas sustentáveis, está estabelecendo um exemplo importante para o setor, destacando que o sucesso a longo prazo está intrinsecamente ligado ao compromisso com valores ambientais e sociais.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 03/01/2024**

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **VOA BRASIL 1**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), deve se reunir com o presidente Luiz Ignácio Lula da Silva (PT) nos próximos dez dias, para debater os detalhes finais do programa Voa Brasil, que prevê a comercialização de passagens aéreas a preços menores, chegando a R\$ 200. A partir desse encontro, Costa Filho pretende definir a data de lançamento do programa, o que deve ocorrer ainda neste mês.

#### **VOA BRASIL 2**

O titular da pasta de Portos e Aeroportos quer acertar com Lula pontos como o total de bilhetes que serão oferecidos a R\$ 200 - algo discutido com as principais companhias aéreas do setor no mês passado - e o público alvo deste projeto. A princípio, essa promoção será destinada a aposentados e pensionistas do INSS e alunos do Prouni (o programa de bolsas do Ministério da Educação para cursos de graduação em universidades privadas).

#### **PEDÁGIO 1**

Os novos valores do pedágio da EcoSul, em rodovias do Rio Grande do Sul, entraram em vigor na última segunda-feira, dia 1. O reajuste, aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres em 21 de dezembro, foi de 28,9%, elevando a tarifa para carros de passeio de R\$ 15,20 para R\$ 19,60. É o maior valor a ser pago em rodovias federais do Brasil. A situação levou o governador em exercício do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza (MDB), a pedir à ANTT e ao ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), que reavaliassem o aumento.

#### **PEDÁGIO 2**

Em um ofício enviado a Renan e à diretoria da ANTT, Souza sugere que, ao invés de aumentar o valor do pedágio, a alta dos custos operacionais da Ecosul seja compensada com uma ampliação do prazo de concessão. Esse reajuste de 28,9% englobou a recomposição inflacionária de 2022 e 2023.

#### **PEDÁGIO 3**

A EcoSul tem a concessão de 457,3 quilômetros de rodovias na parte Sul do Rio Grande do Sul. Ela explora trechos da BR-116 (entre Camaquã e Jaguarão) e da BR-392 (de Rio Grande a Santana da Boa Vista).

#### **MAR VERMELHO**

As companhias de navegação Maersk e Hapag-Lloyd informaram, nessa terça-feira, dia 2, que seus navios de contêiner vão continuar evitando passar pelo Mar Vermelho, a fim de atravessar o Canal de Suez e chegar ao Mar Mediterrâneo. A decisão havia sido tomada no domingo, após o grupo rebelde Houthis, do Iêmen, atacar um cargueiro da Maersk. Como alternava, as empresas estão orientando suas embarcações a contornarem a África, ampliando os custos operacionais.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 03/01/2024**

### **NACIONAL - TCU MANTÉM RESTRIÇÃO DE VOOS NO SANTOS DUMONT**

Corte negou pedido da prefeitura de Guarulhos e Ministério de Aeroportos tem até 15 dias para se manifestar

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**A orientação mais atual do Ministério de Portos e Aeroportos era de que o Aeroporto Santos Dumont passaria a operar com o limite de 6,5 milhões de passageiros por ano**

O Ministério de Portos e Aeroportos tem até 15 dias para se manifestar sobre a nova decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que negou o pedido da prefeitura de Guarulhos (SP) para suspender a resolução que limitava os voos do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

A decisão foi proferida em caráter liminar pelo ministro Benjamin Zymler e mantém a determinação de voos domésticos de até 400 quilômetros, o que corresponde a Minas Gera is e São Paulo. A medida, porém, foi revogada no último dia 8 de novembro de 2023 e publicada no Diário Oficial da União pelo Governo Federal.

A orientação mais atual do Ministério de Portos e Aeroportos era de que o terminal passaria a operar com o limite de 6,5 milhões de passageiros por ano para “garantir o melhor nível de atendimento à população em conformidade com a capacidade operacional do Aeroporto”, afirmou na época o Ministério.

O impasse é resultado das medidas que o Governo Federal e o Estadual do Rio de Janeiro buscam para alavancar a movimentação de usuários no Aeroporto Internacional do Galeão, que perdeu uma quantidade considerável de usuários após a pandemia de Covid-19 enquanto os números do Santos Dumont aumentaram.

“Não há como se afirmar, ao menos em cognição sumária, que o ato praticado pelo Ministério dos Portos e Aeroportos pretendeu alcançar fim diverso do que o declarado pela própria autoridade ou finalidade diversa da prevista na lei, já que é razoável admitir que a limitação de passageiros poderá levar à melhoria do nível de satisfação dos serviços aeroportuários prestados, com a consequente melhora da performance do aeroporto”, justificou o ministro do TCU.

Procurada, a Infraero, empresa que administra o Santos Dumont, ressaltou que as providências devem ser tomadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) “visto que os slots do aeroporto são coordenados pela referida agência”. Já a alocação dos voos é de responsabilidade de cada Empresa Aérea, obedecendo a política instituída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC)”, completou a Infraero.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 03/01/2024**

## **NACIONAL - SANTOS BRASIL VAI INTEGRAR ÍNDICES DA B3 VOLTADOS À SUSTENTABILIDADE**

Companhia estará incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial e no Índice Carbono Eficiente  
Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)

A Santos Brasil anunciou que vai integrar, pelo segundo ano consecutivo, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. A companhia informou que reitera e reafirma seu compromisso com a preservação ambiental, desenvolvimento social e governança (ESG).

Com 78 empresas selecionadas para a 19ª carteira, o ISE é um dos maiores índices corporativos do mundo, promovendo práticas sustentáveis para garantir a longevidade dos negócios e influenciar investidores a apoiar companhias socialmente responsáveis.

A Santos Brasil também está, pelo terceiro ano sucessivo, no Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2), que inclui as 100 empresas listadas que assumiram o compromisso de dar transparência às suas emissões de gases de efeito estufa.

“Integrar o ISE e o ICO2 são confirmações de que a Santos Brasil está no caminho certo para um futuro ambientalmente sustentável, com transparência em seus negócios e contribuindo ativamente para uma sociedade mais justa e inclusiva”, afirmou Béatrice de Toledo Dupuy, gerente executiva de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade da Santos Brasil.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/01/2024

## NACIONAL - ALÍQUOTA DE IMPORTAÇÃO SOBRE VEÍCULOS ELÉTRICOS COMEÇA A SER COBRADA

Governo também anunciou impostos de 10% para veículos híbridos e placas solares

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**A alíquota de importação a ser cobrada é de 15% para carros híbridos e 10% para carros elétricos, e vai aumentar de forma gradual até alcançar 35% em julho de 2026 Crédito: José Cruz/Agência Brasil**

Entrou em vigor nesta semana a medida anunciada pelo vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, que cobra em 15% a alíquota de importação para carros híbridos e 10% para carros elétricos, além de placas solares.

A cobrança vai aumentar de forma gradual até alcançar 35% em julho de 2026. Caminhões começam a ser taxados com 20% em janeiro e devem chegar aos 35% em julho de 2025.

Segundo Alckmin, a oneração tem como objetivo incentivar a indústria automotiva a investir na produção de carros elétricos nacionais e já tinha sido publicada em novembro pela Câmara de Comércio Exterior (Camex).

Os impostos sobre placas solares serão de 10,8% a partir de janeiro. Alckmin afirmou que o objetivo é produzir as placas solares no Brasil e caso as empresas optem por produzir no Brasil, poderão usar cotas para abater os investimentos do total devido em impostos.

“Nós queremos produzir as placas solares aqui. Não estou nem falando da célula, mas a placa nós temos que fabricar no Brasil. Então, fizemos o mesmo mecanismo, você vai ter 10% de imposto de importação, mas você terá cota durante três anos com alíquota zero”, declarou Alckmin.

A retomada dos impostos vai compensar duas medidas anunciadas pelo governo federal: o “Mover” e o “Programa de Depreciação Acelerada” para incentivos fiscais no setor industrial e automotivo.

Enviado ao Congresso Nacional em forma de Medida Provisória (MP), o Programa Mobilidade Verde (Mover) visa menor tributação para empresas do ramo automotivo, além de incentivos fiscais de R\$ 19,3 bilhões para estímulos em pesquisas que desenvolvam tecnologias verdes na indústria automotiva e de logística.

A partir de 1 de janeiro, serão R\$ 3,5 bilhões de incentivo, com aumentos graduais até chegar a R\$ 4,1 bilhões em 2028, totalizando os R\$ 19,3 bilhões. O objetivo é reduzir pela metade as reduções de carbono até 2030.

O Mover também reduz o Imposto de Renda para Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido para incentivar e estimular inovação, pesquisa e desenvolvimento em toda a área de mobilidade.





Para Alckmin, a proposta vai elevar os investimentos no Brasil. “Nós estamos fazendo do poço à roda. O mundo faz do tanque à roda. O Brasil fica na vanguarda do mundo na questão da descarbonização. Eu vou estimular a indústria de mobilidade verde, automotiva, vou estimular uma indústria menos poluente, com descarbonização, mas avaliando desde o poço. No caso do etanol eu vou desde a produção da cana até o consumo do combustível”, afirmou.

O Programa de Depreciação Acelerada também foi enviado ao Legislativo por meio de MP e funciona como uma antecipação de receita. Serão liberados R\$ 3,4 bilhões para incentivar as fábricas a comprarem novo maquinário, aumentando a efetividade e reduzindo a emissão de carbonos.

Sempre que uma indústria adquire um bem de capital, ela pode abater seu valor nas declarações futuras de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O abatimento é feito de forma gradual em até 25 anos, de acordo com a depreciação do maquinário. De acordo com o texto da MP, o abatimento das máquinas compradas em 2024 poderá ser feito em apenas duas parcelas, sendo metade no primeiro ano e a outra no segundo.

O programa será para toda a indústria, não apenas para a automotiva. “O parque industrial precisa ser renovado, as indústrias estão ficando mais velhas, com isso você perde eficiência, perde competitividade, gasta mais energia. é um estímulo para poder renovar o parque industrial buscando competitividade e descarbonização”, disse Alckmin.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 03/01/2024*

## **NACIONAL - GRUPO DE TRABALHO VAI DEBATER REVISÃO DA TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL**

Conjunto de encargos sobre importação para países-membros está em vigor desde 1995

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), oficializou no dia 27 de dezembro a criação do grupo de trabalho (GT) para debater a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

O colegiado terá duração de um ano e pode ser renovado. O acordo para a criação do GT foi feito durante a reunião do Conselho Estratégico da Câmara de Comércio Exterior (CEC/Camex) realizada em 14 de dezembro.

A TEC reúne um conjunto de tarifas sobre a importação para os países-membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), estabelecida em 1º de janeiro de 1995.

A elaboração da proposta deve seguir alguns parâmetros pelo colegiado e depois será submetida à cúpula do bloco.

Entre esses parâmetros estão: “transparência do processo de elaboração da proposta, envolvendo os diversos atores da sociedade, com participação social e publicidade das decisões; previsibilidade; respeito ao ordenamento jurídico do Mercosul e garantia à segurança jurídica; estabelecimento de escalada tarifária com racionalidade econômica; e redução da dispersão de níveis tarifários”, informou o MDIC.

O GT será composto por representantes do Ministério; da Secretaria-Executiva da Camex; da Casa Civil; e dos Ministérios de Relações Exteriores; da Fazenda; da Agricultura e Pecuária; do Planejamento e Orçamento; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; da Defesa; de Minas e Energia; e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 03/01/2024

## REGIÃO NORDESTE - EM ANO RECORDE, PORTO DO ITAQUI MOVIMENTA MAIS DE 36 MILHÕES DE TONELADAS

Administração anunciou que 2023 foi o melhor da história do complexo maranhense  
Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Das mais de 36 milhões de toneladas movimentadas em 2023 no Itaqui, 26 milhões foram de graneis sólidos, 8 milhões de graneis líquidos e 1,6 milhão de cargas gerais**  
Crédito: Divulgação

O Porto do Itaqui (MA) anunciou que 2023 foi o melhor ano da história do complexo em relação à movimentação de cargas. Foram mais de 36 milhões de toneladas (36.360.695) movimentadas no período, sendo 26.301.125 milhões de toneladas de graneis sólidos, 8.360.870 milhões de toneladas de graneis líquidos e 1.698.700 milhão de toneladas de cargas gerais.

Outubro foi o mês que mais movimentou cargas, contabilizando um aumento de mais de 16% em relação ao resultado obtido no mesmo mês de 2022.

Outro ponto celebrado pela administração do porto maranhense foi a atracação de mil navios em um único ano, fato inédito no complexo.

“Todos os resultados alcançados em 2023 foram fruto de muito planejamento e dedicação de uma equipe que trabalha com muita excelência”, comemorou o presidente do Porto do Itaqui, Gilberto Lins.

Alguns fatores foram responsáveis pelos bons resultados, entre eles a retomada dos embarques de alumínio, a primeira operação de movimentação de sebo bovino, revisão de normas de atracação das embarcações e a chegada de novos e modernos equipamentos.

A operação com alumínio é resultado do escoamento da produção do Consórcio Alumar, em uma colaboração entre o Porto do Itaqui, a G5 Logística, a Steinweg e a australiana South32. A primeira movimentação foi no berço 99, na primeira quinzena de dezembro.

Já para movimentar Sebo Bovino, a Granel Química investiu em infraestrutura de armazenagem e tubulação que permitissem a realização das exportações deste tipo de produto pelo berço 104.

Quanto à revisão da norma de atracação, o objetivo foi aumentar a flexibilidade, a transparência, equilíbrio e organização para a fila de navios, focando, principalmente, em produtividade, performance e planejamento, explicou a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

Em relação aos equipamentos, a chegada do novo spreader automático, em um investimento feito pela Suzano, também foi bastante comemorada. De alta tecnologia, capaz de manusear até 32 toneladas de celulose de uma vez, o equipamento eleva tanto a segurança quanto a produtividade nas operações portuárias.

Outra marca registrada em 2023 foram as primeiras 100 mil toneladas de fertilizantes transportadas no novo corredor ferroviário (ferrovia) do Arco Norte, que liga o Porto do Itaqui, em São Luís, no Maranhão, a Palmeirante, no Tocantins. Agora, o trem sai do Itaqui levando fertilizante até Palmeirante e volta trazendo grãos, em uma logística que dinamiza o setor agrícola de toda a região.



O ship to ship também se tornou realidade no ano passado e depois de diversos testes, a operação, realizada pela Transpetro, foi possível. Nela, é feita uma manobra de transferência de carga entre dois navios em mar aberto ou em áreas portuárias, aumentando a eficiência logística.

Também foram feitas adequações no berço 105, que possuía apenas possibilidade de abastecer navios e, agora, pode realizar operação com diesel e gasolina, movimentando tanto para companhias, quanto para outros navios por meio de transbordo, e melhorias para liberar novas opções de linhas para óleo combustível e abastecimentos no berço 106.

### Renovação

No início de novembro, durante o lançamento do Novo PAC no estado, o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa, também garantiu que o Governo Federal renovará a concessão do Porto do Itaqui para o Maranhão, por mais 25 anos.

“Por tudo isso, e por tantas outras ações e conquistas, o ano de 2023 está sendo considerado o melhor da história do Porto do Itaqui”, frisou Lins.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 03/01/2024*

### REGIÃO SUDESTE - INFRAERO ASSUME GESTÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE ITAPERUNA

Transição da prefeitura para a companhia se dará no prazo de até 120 dias a contar da data da publicação no Diário Oficial

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)

A Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) anunciou que assumiu a outorga do Aeroporto Ernani do Amaral Peixoto, em Itaperuna, no Rio de Janeiro. A decisão se deu a partir da portaria nº 571 do Ministério de Portos e Aeroportos, publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (2).

A partir da decisão, a companhia será responsável pela administração, operação e exploração do terminal fluminense. Segundo a empresa, a transição operacional do aeroporto, da Prefeitura de Itaperuna para a Infraero, se dará no prazo de até 120 dias a contar da data da publicação.

“A transferência da outorga de mais um terminal à Infraero corrobora a alta capacidade que tem a Companhia na gestão de aeroportos regionais, com foco no ganho de eficiência, melhoria das condições e ampliação das operações destes terminais”, comentou o presidente da Infraero, Rogério Barzellay.

### O terminal

Localizado a cerca de 3 km do centro da cidade, o Aeroporto Regional de Itaperuna tem uma pista de pousos e decolagens com 1.200 m de comprimento por 28 m de largura. Atualmente, o terminal fluminense está apto a receber aeronaves de até 72 passageiros.

A Infraero anunciou que passa por um reposicionamento de mercado, com foco nos aeroportos regionais. Nesse contexto, a Companhia recebeu, até o momento, a outorga de seis terminais — Mossoró (RN); Vale do Aço, em Santana do Paraíso (MG); Flores, em Manaus (AM), Governador Valadares (MG), Sorriso (MT) e Itaperuna (RJ) — e aguarda o repasse de outros aeroportos pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 03/01/2024*

## REGIÃO SUL - EXPORTAÇÕES DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS CRESCEM 287% NO TECON RIO GRANDE

Principais destinos das mercadorias foram Estados Unidos, México e Peru  
Por Cássio Lyra [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Até novembro deste ano, as exportações no Tecon Rio Grande movimentaram 9.780 toneladas de carga contra 2.529 toneladas registradas no mesmo período em 2022 Crédito: Divulgação/Wilson Sons**

A Wilson Sons, operadora logística portuária e marítima, registrou um aumento significativo das exportações de utensílios domésticos por meio do Tecon (terminal de contêineres) Rio Grande (RS). Entre janeiro e novembro houve um crescimento de 287% no segmento, na comparação com o mesmo período de 2022. Segundo a companhia, o movimento representa a recuperação de market share e a retomada da confiança do mercado internacional.

Até novembro, as exportações movimentaram 9.780 toneladas, contra 2.529 toneladas no mesmo período em 2022. Em 2023, foram 2.093 TEU (unidade correspondente a um contêiner de 20 pés), e no período anterior foram 579. Em relação à quantidade de contêineres, foram 1.086 neste ano e 311 ano passado, também na comparação do período janeiro-novembro.

Entre os principais destinos responsáveis pelas exportações da mercadoria, estão Estados Unidos, México e Peru. Deste montante, mais de 90% foi proveniente da Tramontina, empresa referência no mercado brasileiro no segmento de utensílios domésticos.

“Atingir um aumento tão expressivo como esse só foi possível graças ao trabalho que realizamos pensando nas melhores soluções para nossos clientes, oportunizando alternativas logísticas personalizadas para suas necessidades e otimizando processos. Este avanço nas exportações contribui para a economia do nosso Estado, fortalecendo a produção do Rio Grande do Sul no mundo”, disse Paulo Bertinetti, diretor-presidente do Tecon Rio Grande.

Roselaine Pierdona, supervisora de vendas da Tramontina, destacou a importância do Tecon Rio Grande para as exportações da empresa.

“Ao utilizar o porto de Rio Grande agilizamos e otimizamos o processo de exportação, reduzimos os custos logísticos e garantimos maior segurança na carga. Isso nos permite competir de forma mais eficiente no mercado internacional, ampliando nossas oportunidades de negócios e fortalecendo a economia do Estado, o que vem sendo comprovado com os avanços de nossa exportação”, analisou a executiva.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/01/2024

## REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ SERÁ O PRIMEIRO DO BRASIL A INCLUIR CRÉDITOS DE CARBONO NAS OPERAÇÕES

Iniciativa faz parte do Projeto de Neutralização de Carbono do terminal  
Por Cássio Lyra [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)





***A iniciativa vai permitir aos clientes do terminal que comprem créditos de carbono para compensar emissões de suas operações (Foto: Divulgação/Porto Itapoá)***

O Porto Itapoá (SC) anunciou o lançamento do Projeto de Neutralização de Carbono, em parceria com o Grupo Ambipar, para a compensação de emissões de carbono dos clientes que operam no terminal. A partir da iniciativa, Itapoá será o primeiro porto do Brasil a possibilitar a inclusão de créditos de carbono em suas operações.

Segundo a Autoridade Portuária, o programa vai começar efetivamente em 2024, mas não foi informado a partir de quando. A iniciativa vai permitir aos clientes do terminal que comprem créditos de carbono para compensar emissões de suas operações.

“Estes créditos, advindos de conservação florestal ou de reflorestamento, são certificados pela Ambipar”, segundo explicou Sergni Pessoa Rosa Jr, diretor de Operações, Tecnologia e Meio Ambiente do Porto de Itapoá.

Ao assumir o pioneirismo no mercado de créditos de carbono, o Porto Itapoá oferece uma possibilidade nova, que deve afetar toda a cadeia logística, segundo informou a Autoridade Portuária.

Em 2023, o Porto Itapoá mudou sua política de aquisição de energia no sistema nacional, optando por consumir, nos novos contratos, somente energia de fontes renováveis.

A transação é certificada pelo I-REC(e), um sistema global de rastreamento de atributos de energia renovável projetado para facilitar a contabilidade confiável energia renovável que é atribuído ao consumidor.

### **Projeto piloto**

O Porto Itapoá também está desenvolvendo um projeto para captação de energia solar, com placas já instaladas para o estudo específico de incidência de luz solar em Itapoá.

“Os dados que temos disponíveis hoje dizem respeito à macrorregião em que estamos localizados, por isso precisamos entender melhor as particularidades dessa fonte de energia no nosso município. Esses dados vão servir como uma base para projetos futuros, não só do Porto Itapoá, mas de todos os empreendedores da cidade”, pontuou Rosa Jr.

### **Selo ouro**

O porto conquistou pela segunda vez, no ano de 2023, o selo ouro do GHG Protocol, programa implementado no Brasil pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Além disso, investiu mais de R\$ 25 milhões em novos RTGs autônomos que consomem até três vezes menos combustível que os convencionais, sendo o primeiro terminal da América do Sul a operá-los.

“O desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento socioambiental é a forma mais sustentável de uma empresa se estabelecer. Dessa forma, todos os públicos envolvidos podem coexistir de forma harmônica em um ambiente saudável”, finalizou o diretor do terminal.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/01/2024

## BE NEWS - SUZANO RECEBE NAVIO ESPECIALIZADO PARA O TRANSPORTE DE CELULOSE

O Green Santos atuará no transporte de celulose que sai do Porto de Santos

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



***A embarcação, integrante de uma frota de navios com porte semelhante que deve ser entregue em 2024, foi construída para atender o aumento previsto das exportações de celulose proveniente da fábrica da Suzano em construção em Ribas do Rio Pardo (MS). Divulgação Suzano***

A Suzano recebeu da Cosco Shipping Specialized Carriers a entrega do navio “Green Santos”, nome dado à primeira embarcação projetada especificamente pela empresa chinesa para atender a Suzano. O navio embarcação, lançado ao mar no dia 22 de dezembro, no Porto de Dalian, na província de Liaoning, na China, possui capacidade (deadweight tonnage – DWT, na sigla em inglês) para transportar 77 mil toneladas e é o maior navio desta categoria em todo o mundo. A maior capacidade da embarcação resulta em uma menor pegada de carbono por tonelada transportada, tornando o modelo mais amigável ao meio ambiente.

A partir desse semestre, o “Green Santos” terá um papel relevante no transporte da celulose da Suzano que parte do Porto de Santos, no estado de São Paulo, para vários destinos no mundo, principalmente a China. A embarcação, integrante de uma frota de navios com porte semelhante que deve ser entregue em 2024, foi construída para atender o aumento previsto das exportações de celulose proveniente da fábrica da Suzano em construção em Ribas do Rio Pardo (MS). Conhecida como Projeto Cerrado, a unidade entrará em operação até junho de 2024 e terá sua produção escoada a partir da cidade do litoral paulista, primeiro destino do “Green Santos”.

Uma vez iniciada, a nova unidade industrial será a maior fábrica de celulose de linha única do mundo e aumentará a capacidade de produção da Suzano em mais de 20%, ou 2,55 milhões de toneladas por ano. Além disso, a unidade será autossuficiente em energia, com 100% da energia proveniente de fontes renováveis, e exportará um excedente de 180 megawatts (MW) para o sistema nacional de energia.

“Estamos orgulhosos de testemunhar a entrega bem-sucedida do primeiro navio desse porte e que será operado pela Suzano. Essa embarcação nos permite atender a demanda crescente por produtos sustentáveis à base de celulose no mundo todo”, diz o diretor comercial da Suzano na Ásia, Jeff Yang.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/01/2024

### SEM CATEGORIA - GOVERNO DE SP INICIA PROCESSO DE CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRAVESSIA HIDROVIÁRIA

Projeto prevê a concessão à iniciativa privada de 14 travessias do Estado  
Por Cássio Lyra [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Projeto prevê concessão à iniciativa privada de 14 travessias do Estado (Foto: Divulgação/Semil)**

O Governo de São Paulo deu início ao estudo que prevê a concessão à iniciativa privada dos serviços de transporte nas travessias litorâneas do Estado. As secretarias de Parceria em Investimento (SPI) e de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) deram início ao projeto de Travessias Hidroviárias, qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP), no mês passado. O leilão está previsto para início de 2025.

Segundo o Governo Estadual, o projeto prevê a concessão do serviço público coletivo aquaviário de 14 travessias, sendo oito litorâneas, três do sistema de balsa da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) e três no Reservatório de Paraibuna.

As travessias litorâneas são: São Sebastião–Ilhabela, no Litoral Norte; Santos–Vicente de Carvalho, Santos-Guarujá e Bertioga- Guarujá, no Litoral Centro; Cananéia-Ilha Comprida, Iguapé-Juréia, Cananéia-Continente e Cananéia-Ariri, no Litoral Sul. Atualmente, a operação é feita diretamente pelo Departamento Hidroviário (DH), órgão vinculado à Semil.

A operação feita pela Emae, na Região Metropolitana de São Paulo, inclui Bororé, Taquacetuba e João Basso. No Reservatório de Paraibuna as travessias atendem a região do Vale do Paraíba (Porto Paraitinga, Porto Natividade da Serra, e Porto Varginha), também operadas pelo DH.

Os estudos serão coordenados e realizados pela Companhia Paulista de Parcerias (CPP) com apoio técnico especializado da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Juntos, avaliarão a possibilidade de incluir estratégias de governança ambiental, social e corporativa (ESG, sigla em inglês), na prestação do serviço pelo futuro parceiro privado.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 03/01/2024**

### INOVAÇÃO - EM BUSCA DA DESCARBONIZAÇÃO, DHL VAI SUBSTITUIR 2 MIL VEÍCULOS DE SUA FROTA GLOBAL

A nova política abrange investimentos em 17 países com as maiores pegadas de emissões de CO2, incluindo o Brasil.

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)





**Atualmente, a empresa opera com 160 veículos movidos por eletricidade, gás ou com sistema híbrido, sendo 85 deles trafegando no Brasil. DHL/Divulgação**

A multinacional de serviços logísticos DHL Supply Chain está implementando uma Política Global de Transporte Verde que prevê, entre outras medidas, a troca de sua frota de 2 mil veículos com motores de combustão convencional para alternativas mais ecológicas, como veículos elétricos ou que aceitem novos combustíveis, como hidrogênio, biogás, ou óleo vegetal.

A nova política abrange investimentos em 17 países com as maiores pegadas de emissões de CO<sub>2</sub>, incluindo o Brasil.

Nos próximos três anos, a companhia também se comprometeu a investir globalmente 200 milhões de euros em busca de alternativas aos combustíveis fósseis. Para a DHL, essas mudanças são fundamentais rumo a soluções para um transporte descarbonizado.

Com a implementação das ações, o principal objetivo é realizar reduções substanciais nas emissões de carbono, em linha com o Plano Geral de Sustentabilidade do Grupo. As iniciativas prometem reduzir 300 mil toneladas de emissões de CO<sub>2</sub> e compensar as emissões produzidas por cada um dos 2.200 caminhões da empresa que percorrem 500 quilômetros por dia ao longo de um ano, em 17 países do mundo.

“Juntos, esses países são responsáveis por 94% das emissões da nossa frota própria no setor de transportes. Nosso objetivo é ter 30% de unidades e combustíveis sustentáveis na nossa frota própria até ao final de 2026, aproveitando o potencial das alternativas de combustíveis verdes através da nossa pioneira Política de Transportes Verdes”, explicou Oscar de Bok, CEO da DHL Supply Chain.

Na América Latina, a DHL anunciou recentemente um investimento de 500 milhões de euros em um plano de cinco anos que inclui projetos de descarbonização da frota regional. Atualmente, a empresa opera com 160 veículos movidos por eletricidade, gás ou com sistema híbrido, sendo 85 deles trafegando no Brasil.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 03/01/2024**

# BE NEWS

**BE NEWS – BRASIL EXPORT – 02/01/2024**

**EDITORIAL – A SOLUÇÃO INTERMODAL**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A visita da Netherlands Expert Group for Sustainable Transport (Nestra) aos portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, sinaliza uma oportunidade promissora para avanços significativos em direção à sustentabilidade ambiental. A iniciava da consultoria holandesa em realizar um estudo de mercado reflete o crescente interesse global em investir em empreendimentos que promovam tecnologias verdes e desenvolvimento sustentável.





Os portos de Paranaguá e Antonina, ao se apresentarem como propícios para aprimoramentos em sustentabilidade portuária, demonstram uma visão progressista por parte da Portos do Paraná, a administradora dos dois complexos marítimos. O encontro destaca a importância crescente de estratégias que visam reduzir os impactos ambientais, alinhando-se a padrões internacionais e atraindo investimentos voltados para tecnologias verdes.

A ênfase no hidrogênio verde como uma pauta central para atender à demanda europeia de combustíveis representa uma abordagem proava. A assinatura da parceria com o Porto de Roterdã, em maio do ano passado, evidencia o compromisso contínuo dos portos paranaenses em buscar soluções sustentáveis e compartilhar conhecimento para promover a eficiência energética.

O reconhecimento dos portos como vanguarda no setor público portuário nas ações ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) e de sustentabilidade é notável, sendo o Porto de Paranaguá o único complexo marítimo público com o selo Ecoports. Isso não apenas valida os esforços já empreendidos, mas também reforça a posição dos portos paranaenses como líderes em práticas ambientalmente responsáveis.

A reunião técnica multidisciplinar entre representantes da Nestra e as diretorias de Operações e Meio Ambiente da Portos do Paraná destaca a importância de integrar desenvolvimento portuário e logística com uma abordagem sustentável. A consideração para a redução do uso de carbono e investimento em novos sistemas energéticos, especialmente no contexto do desenvolvimento do hidrogênio verde, é uma resposta progressiva aos desafios ambientais atuais. A visita da Nestra é uma oportunidade para os Países Baixos e o Brasil fortalecerem laços na busca por soluções inovadoras e sustentáveis. A conexão entre empresas holandesas e setores identificados no estudo promove uma sinergia positiva, promissora para um futuro mais verde e economicamente viável.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/01/2024*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **NOVA PAUTA 1**

O Governo Federal deve avançar nas pautas para melhorar o ambiente de negócios no setor de infraestrutura neste ano. É o que afirma o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB). Segundo ele, se, em 2023, a prioridade foi a agenda econômica, especialmente a reforma tributária, neste, haverá oportunidade para avançar em projetos como a desburocratização de autorizações de empreendimentos e a simplificação e a agilização dos processos de licenciamento ambiental, concessões e parcerias público-privadas.

### **NOVA PAUTA 2**

Renan destaca que “o Governo claramente, nesse primeiro ano, priorizou a pauta econômica, a agenda econômica, o que é correto. Evitou se dispersar em assuntos que pudessem trazer polêmicas políticas e interromper discussões econômicas importantes para um primeiro ano de Governo”.

### **MAR VERMELHO 1**

A armadora Maersk, uma das líderes no transporte marítimo de cargas, suspendeu suas atividades no Mar Vermelho por 48 horas, contadas desde o último domingo. A decisão foi tomada pois, nesse dia, o grupo rebelde Houthis, do Iêmen, apoiados pelo Irã, atacou um de seus cargueiros, o porta-contêiner Maersk Hangzhou, que trafegava pela via de navegação. Na ação, os houthis utilizaram mísseis e pequenas embarcações. Apesar do ataque, a tripulação não se feriu e o navio conseguiu continuar até Porto Suez, no Egito, segundo a Maersk.

### **MAR VERMELHO 2**

O atentado integra a estratégia dos houthis de manifestar seu apoio ao grupo terrorista palestino Hamas, combatido por Israel na Faixa de Gaza. Tais iniciativas têm prejudicado o comércio internacional, com companhias de navegação passando a evitar o Mar Vermelho, que liga o Mar Mediterrâneo (pelo Canal de Suez) ao Oceano Índico e, assim, a Europa e a Ásia, e adotando rotas mais longas, como o contorno da África. Para especialistas, é uma questão de tempo antes de uma alta dos fretes marítimos.

### **MAR VERMELHO 3**

Devido aos ataques dos houthis a navios, a Marinha dos Estados Unidos ampliou sua presença no Mar Vermelho. Isso levou o Irão, na última segunda-feira, dia 1, a enviar um navio militar para a via de navegação, ampliando a tensão local.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/01/2024

## **NACIONAL - GOVERNO ANUNCIA RECORDE COM ABERTURA DE 78 NOVOS MERCADOS EXPORTADORES**

Butão, na Ásia, foi o mais recente acordo comercial para exportação de carne de aves

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Carne foi o principal produto exportado em 2023 para o Butão**  
Crédito: Divulgação

O Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), anunciou na sexta-feira, dia 29, que o Brasil atingiu em 2023 um recorde com a abertura de 78 novos mercados exportadores, em 39 países. O número foi obtido com a chegada do Butão, país asiático que é novo destino para a carne de aves brasileiras.

Nos últimos quatro anos, o Brasil encerrou o balanço das exportações da seguinte forma: em 2019, 35 novos mercados em 22 países; em 2020, 74 em 24 países; em 2021, 77 em 33 países; e em 2022, 53 em 26 países.

Roberto Perosa, secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, acredita que o recorde obtido é resultado da retomada do diálogo internacional e das relações diplomáticas. “Isso cria novas oportunidades para produtores do agro nacional exportarem dezenas de produtos e acessarem destinos até então inéditos, gerando renda e emprego em todo o país”, declarou.

Entre os principais mercados alcançados neste ano, o destaque são os embarques de carnes bovina e suína brasileiras para o México e República Dominicana, respectivamente. Além do algodão brasileiro, no Egito, e frutos de mamão papaya que, agora seguem também para o Chile.

### **Butão**

De janeiro a novembro deste ano, o Brasil registrou exportações no valor de aproximadamente US\$ 3,09 milhões para o Butão, um montante quase duas vezes superior ao total exportado durante o ano de 2022. Dentre os produtos enviados, a carne destacou-se como o item principal.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/01/2024

## **NACIONAL - ANTT ANUNCIA CONCURSO COM 50 VAGAS PARA 2024**

Cargos de especialista em regulação requerem nível superior

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



### **Agência contratará engenheiros, advogados e economistas**

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anunciou na quinta-feira, dia 28, que vai oferecer 50 vagas em concurso público para cargos de especialista em regulação de serviços de transportes terrestres e formação de cadastro reserva.

O edital foi divulgado no Diário Oficial da União. As inscrições abrem às 10 horas do dia 15 de janeiro e se encerram às 18 horas do dia 18 de fevereiro pelo site da Cebraspe. A taxa de

inscrição é de R\$ 160.

A previsão de aplicação das provas objetivas e discursivas é para o mês de abril.

Todos os cargos são de nível superior. As categorias são para especialista em regulação de serviços de transportes terrestres com as seguintes especialidades; direito: 10 vagas; economia: 10 vagas; engenharia civil, engenharia de produção, engenharia de transporte e logística, engenharia mecânica, engenharia ambiental, engenharia florestal e engenharia de infraestrutura: 20 vagas.

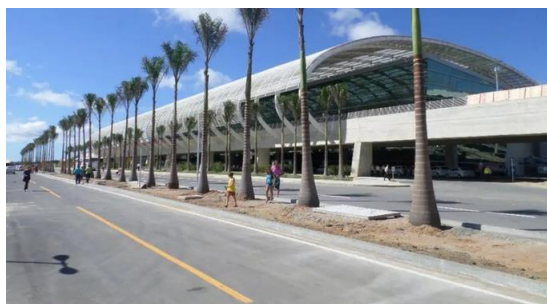
**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/01/2024**

## **REGIÃO NORDESTE - SANÇÃO DE LEI GARANTE CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CASO DE RELICITAÇÃO DO PAÍS**

Com aprovação de lei federal que garante recursos, devolução do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante será concluída

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Após sanção de lei que destinou recursos suplementares, o Ministério de Portos e Aeroportos receberá valor para indenização da atual concessionária do terminal aéreo, etapa fundamental para concluir a relicitação**

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, na última quinta-feira (28), a Lei nº 14.783, que abriu crédito suplementar no valor de R\$ 869 milhões aos orçamentos fiscal e da seguridade social da União. O recurso será destinado a diversos órgãos do Poder

Executivo, entre eles o Ministério de Portos e Aeroportos.

Desta forma, a pasta garante o pagamento de R\$ 199,7 milhões de indenização à operadora Inframérica, que devolveu o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) à União no primeiro caso de relicitação do país e receberá o valor por investimentos realizados na infraestrutura do local que ainda não foram amortizados. O repasse é também etapa fundamental para concluir a devolução e a extinção amigável do contrato de concessão.

A partir de agora, a nova concessionária do aeroporto – a empresa Zurich Airport Internacional – que arrematou o equipamento em leilão realizado em maio do ano passado, terá prazo de 15 dias para efetuar o pagamento do lance ofertado no certame: R\$ 320 milhões. Com a conclusão desses trâmites, inicia-se a transição operacional, que pode durar até 45 dias, segundo o governo federal.

O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante foi o primeiro a ser concedido à iniciativa privada em 2011, no âmbito do programa federal de concessões aeroportuárias. O terminal possui capacidade para receber aproximadamente 6 milhões de passageiros por ano. O novo contrato de concessão terá duração de 30 anos.

### Histórico

Após nove anos administrando o aeroporto, a Inframérica decidiu, em 2020, devolver a concessão à União alegando que o tráfego de passageiros foi negativamente impactado pela pandemia e defasagem nos valores das tarifas.

Em fevereiro de 2023, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou a relicitação para transferir o controle para um novo operador. Em maio do mesmo ano, o aeroporto foi arrematado pela Zurich por R\$ 320 milhões, um ágio de 41% (R\$ 93 milhões) em relação ao valor inicial da proposta, que era de R\$ 226,9 milhões.

A concessionária já atua no Brasil administrando os aeroportos de Florianópolis, Macaé e Vitória. No mundo, o grupo é responsável pela administração de nove aeroportos.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/01/2024*

### REGIÃO NORDESTE - IRÃ ESTUDA PARCERIA COMERCIAL COM O PORTO DO ITAQUI

Embaixador do Irã e empresário investidor do país foram conhecer a infraestrutura do complexo maranhense

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Embaixador e investidor iranianos foram recebidos pelo presidente do porto**

O embaixador do Irã no Brasil, Hossein Gharibi, e o empresário e investidor Seyed Amerian, visitaram o Porto do Itaqui (MA) na última quarta-feira (27) para conhecerem a infraestrutura do complexo e analisarem possíveis parcerias comerciais entre os dois países.

Eles foram recebidos pelo presidente do porto, Gilberto Lins, e por uma equipe técnica.

Durante a visita, eles conversaram sobre a possibilidade de negociações bilaterais entre o Irã e o governo do Maranhão, relacionadas a troca de produtos como, soja, milho e fertilizantes, via Porto do Itaqui.

A delegação do Irã afirmou que considera o porto maranhense moderno, eficiente e com localização estratégica para os projetos que esperam concretizar.

“Temos certeza de que em 2024 iniciaremos essas operações entre Brasil e Irã, demonstrando que todas as barreiras estão sendo superadas e que o Brasil voltou a fazer negociações com todo mundo”, disse Gilberto Lins.

Para ele, a visita do embaixador do Irã e do potencial investidor iraniano ao Porto do Itaqui representa um “importante passo” para o fortalecimento das relações comerciais entre os dois países.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/01/2024*

### REGIÃO SUDESTE - SP CONSTRUIU E RECUPEROU 6,4 MIL KM DE ESTRADAS EM 2023

Investimento total nas obras foi de R\$ 6,2 bilhões, segundo balanço divulgado pelo governo estadual



Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Intervenção abrangeu rodovias em várias regiões do Estado**  
**Crédito: Divulgação/DER-SP**

Em retrospectiva do ano de 2023, o Governo de São Paulo informou que realizou durante o ano mais de 850 obras de ampliação, melhoria e recuperação de rodovias, vicinais e estradas rurais. Ao todo, são 6,4 mil quilômetros de vias impactadas, o que equivale aproximadamente à distância entre a capital paulista e a cidade de Quito, capital do Equador.

O investimento total nas intervenções foi de R\$ 6,2 bilhões. Somente o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), executou 290 obras ao longo do ano em rodovias e vicinais, gerando 12 mil empregos diretos e outros 35,8 mil indiretos.

“Estamos investindo não apenas na melhoria da infraestrutura, mas em pontos das rodovias com demandas mais urgentes para a população. Uma via reestruturada diminui acidentes, garante melhores condições de segurança, além de estimular o escoamento da produção agrícola, entre outros benefícios”, afirmou a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

As vias passaram por serviços de recuperação da pista, pavimentação, implantação de sinalização, perenização, melhorias nos traçados e implantação de sinalização horizontal.

“O compromisso do DER é melhorar a qualidade da mobilidade de pessoas e a segurança. Estas intervenções reforçam o papel de uma gestão pública estruturante, focada em avanços na malha logística e nas condições de circulação de bens e pessoas”, completa a secretária.

Além disso, rodovias estaduais também receberam serviços de recuperação emergenciais da pista, adequação de sistema de drenagem, proteção e reforço de talude e reabilitação de sinalização horizontal.

Segundo o Governo do Estado, a região norte de São Paulo foi uma das que se beneficiaram com o pacote de obras. Foram aportados R\$ 51 milhões nas vicinais na região de Barretos, que beneficia diretamente mais de 128 mil pessoas e promove o transporte de cultivos da agricultura familiar, produções de cana-de-açúcar e laranja, além de simplificar o acesso ao Hospital do Câncer.

Além das obras em rodovias estaduais e em vicinais, quase 850 km de rodovias e acessos concedidos e que têm supervisão da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) receberam intervenções.

Já a Secretaria de Agricultura e Abastecimento realizou neste ano 492 obras em mais de 1,8 mil quilômetros de estradas rurais, beneficiando as regiões de Araçatuba, Bauru, Baixada Santista, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José dos Campos e São José do Rio Preto.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/01/2024**

## **REGIÃO SUL - PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL TEM ALTA DE 30% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS**

De janeiro a novembro, acumulado de movimentação no porto é de 15,3 milhões de toneladas

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



### **Porto tem atraído exportadores do Sul e do Centro-Oeste Crédito: Divulgação/Portos SFS**

O Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, fechou o mês de novembro com 15,3 milhões de toneladas movimentadas no complexo, registrando um crescimento de 30% no comparativo ao mesmo período de 2022, que registrou a movimentação de 11,7 milhões de toneladas de mercadorias. Somente no mês de novembro, segundo informou a Autoridade Portuária, cerca de 1,5 milhão de toneladas passaram pelo

complexo portuário.

Com 866 mil toneladas, as exportações continuam como o principal fluxo dos produtos que transitaram pelo porto, representando 58% da movimentação. Destaque para o milho, com 671 mil toneladas, o que corresponde a 8% de toda a exportação do grão feita pelo Brasil em novembro (8,3 milhões de toneladas).

Completam a lista de produtos enviados ao exterior pelo Porto de São Francisco, a soja (140 mil toneladas) e o óleo de soja (32 mil toneladas).

Já as importações somaram 634 mil toneladas (42%), impulsionadas pelos fertilizantes (319 mil toneladas) e produtos metalúrgicos (264 mil).

Segundo a Autoridade Portuária, um dos motivos para o crescimento constante do maior porto de Santa Catarina, em 2023, é a captação de novos clientes de diversos estados do Sul e Centro-Oeste do país, como Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

“A eficiência e a infraestrutura que o Porto de São Francisco do Sul oferece, têm gerado uma sólida relação de confiança com o mercado, ávido pelo cumprimento de prazos e tarifas competitivas”, avaliou o presidente do Porto de São Francisco do Sul, Cleverton Vieira.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/01/2024**

## **REGIÃO SUL - HOLANDESES MIRAM INVESTIMENTOS EM ENERGIA VERDE NOS PORTOS DO PARANÁ**

Diretoria da Autoridade Portuária se reuniu com executivo de empresa dos Países Baixos

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Especialista representante dos Países Baixos percorreu as instalações dos portos de Paranaguá e Antonina Crédito: Rodrigo Sell/Portos do Paraná**

**PARA FELIPE GAMA, A VISITA TÉCNICA DO REPRESENTANTE DA NESTRA AOS PORTOS PARANAENSES PERMITIU MOSTRAR O RECONHECIMENTO DOS COMPLEXOS COMO A VANGUARDA DO SETOR PÚBLICO PORTUÁRIO NAS AÇÕES ESG E DE SUSTENTABILIDADE, O QUE TAMBÉM POSSIBILITOU QUE O PORTO DE PARANAGUÁ SEJA O ÚNICO PORTO PÚBLICO COM O SELO ECOPORTS.**

A Portos do Paraná recebeu na última semana em sua sede representantes da Netherlands Expert Group for Sustainable Transport (Nestra), empresa de consultoria holandesa especializada em logística sustentável. De acordo com a Autoridade Portuária, o objetivo do encontro foi a realização de um estudo de mercado promovido pela empresa para avaliar as possibilidades de investimentos de empreendimentos dos Países Baixos em tecnologias verdes e desenvolvimento verde para os portos de Paranaguá e Antonina.



Ties de Leijer, gerente de projetos da Nestra, se reuniu com Felipe Gama, secretário geral da Portos do Paraná, que apresentou toda a estrutura portuária paranaense durante o encontro.

“Trata-se de um desdobramento do Green Ports Partnership, onde a Nestra, uma empresa que opera internacionalmente na área de desenvolvimento de portos sustentáveis, navegação fluvial e energia verde, foi contratada pelo Consulado Geral dos Países Baixos no Rio de Janeiro para mapear as possibilidades de investimento e colaboração para empresas holandesas junto à Portos do Paraná enquanto parceira signatária, nas áreas de desenvolvimento portuário, logística e energia verde”, explicou Gama.

De acordo com o representante holandês, os portos de Paranaguá e Antonina se apresentam com muitas possibilidades de aprimorar ainda mais a área de sustentabilidade portuária.

“Eu não conhecia o porto ainda, mas pelas apresentações que eu vi percebi que há muito potencial. A Portos do Paraná já está pensando muito nessas tecnologias verdes que fazem o porto se adaptar para lidar com o futuro e vou mostrar isso aos Países Baixos, para que eles vejam como a empresa poderia ajudar a aproveitar esse potencial”, disse o executivo.

Para Felipe Gama, a visita técnica do representante da Nestra aos portos paranaenses permitiu mostrar o reconhecimento dos complexos como a vanguarda do setor público portuário nas ações ESG e de sustentabilidade, o que também possibilitou que o Porto de Paranaguá seja o único porto público com o selo Ecoports.

“Foram reuniões técnicas multidisciplinares onde a logística e o desenvolvimento portuário não prescindiram em nenhum momento do enfoque em sustentabilidade e energia verde, tendo o hidrogênio verde como pauta prospectiva central para o atendimento da existente e crescente demanda europeia para o combustível”, apontou.

No âmbito do encontro e dos estudos foram realizadas reuniões com as diretorias de Operações, com o diretor Gabriel Vieira, com a diretoria de Meio ambiente, do diretor João Paulo Santana, representado pelo gerente de Meio Ambiente, Thales Schwanka, e a coordenadora de Planejamento e Licenciamento Kellyn Cristina Carneiro, além de conhecer as estruturas portuárias de Paranaguá e Antonina, onde também se reuniu com o presidente do Porto da Ponta do Felix, Gilberto Birkhan.

“É inspirador ver como os Portos do Paraná já estão pavimentando o caminho para um futuro mais verde. Estamos entusiasmados com as perspectivas de conectar empresas holandesas com setores específicos identificados em nosso estado, fomentando uma sinergia vibrante entre os Países Baixos e o Brasil”, completou Leijer.

### **Parceria**

No mês de maio, a diretoria da Portos do Paraná assinou uma parceria com o Porto de Roterdã para estabelecer o desenvolvimento do hidrogênio verde. Segundo a companhia, a intenção é compartilhar iniciativas e conhecimento para tornar os portos paranaenses mais sustentáveis, reduzindo o uso de carbono e investindo em novos sistemas energéticos.

A assinatura do memorando com o cais holandês faz parte do programa de colaboração Green Ports Partnership, com duração de três anos.

Conforme anunciou a Autoridade Portuária paranaense, o trabalho em parceria com Roterdã busca atender a quatro objetivos: Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos; promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos; construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; e tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/01/2024**

## PORTO DO ITAQUI - PORTO DO ITAQUI ANUNCIA 2023 COMO O MELHOR ANO DA HISTÓRIA DO COMPLEXO

O ano foi marcado pela movimentação de mais de 36 milhões de toneladas de cargas

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Outro ponto celebrado pela administração do porto maranhense foi a atracação de mil navios em um único ano, fato inédito no complexo. Divulgação/Porto do Itaqui**

de granéis sólidos, 8.360.870 milhões de toneladas de granéis líquidos e 1.698.700 milhão de toneladas de cargas gerais.

O Porto do Itaqui (MA) anunciou que 2023 foi o melhor ano da história do complexo em relação à movimentação de cargas. Foram mais de 36 milhões de toneladas (36.360.695) operadas no período, sendo 26.301.125 milhões de toneladas

de outubro foi o mês que mais movimentou cargas, contabilizando um aumento de mais de 16% em relação ao resultado obtido no mesmo mês de 2022.

Outro ponto celebrado pela administração do porto maranhense foi a atracação de mil navios em um único ano, fato inédito no complexo.

“Todos os resultados alcançados em 2023 foram fruto de muito planejamento e dedicação de uma equipe que trabalha com muita excelência”, comemorou o presidente do Porto do Itaqui, Gilberto Lins.

Alguns fatores foram responsáveis pelos bons resultados, entre eles a retomada dos embarques de alumínio, a primeira operação de movimentação de sebo bovino, revisão de normas de atracação das embarcações e a chegada de novos e modernos equipamentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/01/2024

## REGIÃO SUDESTE - INFRAERO ASSUME GESTÃO DO AEROPORTO REGIONAL DE ITAPERUNA

Decisão foi publicada em portaria do Diário Oficial da União desta terça-feira (2)

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**Transição operacional do aeroporto, da Prefeitura de Itaperuna para a Infraero, se dará no prazo de até 120 dias (Foto: Divulgação)**



A Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) anunciou que assumiu a outorga do Aeroporto Ernani do Amaral Peixoto, em Itaperuna, no Rio de Janeiro. A decisão se deu a partir da portaria nº 571 do Ministério de Portos e Aeroportos, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (2).

A partir da decisão, a Companhia será responsável pela administração, operação e exploração do terminal fluminense. Segundo a empresa, a transição operacional do aeroporto, da Prefeitura de Itaperuna para a Infraero, se dará no prazo de até 120 dias a contar da data da publicação.

“A transferência da outorga de mais um terminal à Infraero corrobora a alta capacidade que tem a Companhia na gestão de aeroportos regionais, com foco no ganho de eficiência, melhoria das condições e ampliação das operações destes terminais”, comentou o presidente da Infraero, Rogério Barzellay.

Localizado a cerca de 3 km do centro da cidade, o Aeroporto Regional de Itaperuna tem uma pista de pousos e decolagens com 1.200 m de comprimento por 28 m de largura. Atualmente, o terminal fluminense está apto a receber aeronaves de até 72 passageiros.

A Infraero anunciou que passa por um reposicionamento de mercado, com foco nos aeroportos regionais. Nesse contexto, a Companhia recebeu, até o momento, a outorga de seis terminais (Mossoró/RN; Vale do Aço, em Santana do Paraíso/MG; Flores, em Manaus/AM, Governador Valadares/MG, Sorriso/MT e Itaperuna/RJ) e aguarda o repasse de outros pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/01/2024**

## PORTO DE FORTALEZA - PORTO DE FORTALEZA EXPANDE ROTAS E QUASE DOBRA EXPORTAÇÃO DE FRUTAS

Londres, Roterdã, Le Havre (França) e Vigo (Espanha) passaram a receber os produtos da safra 2023/2024

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Desde setembro, Londres, Roterdã, Le Havre (França) e Vigo (Espanha) passaram a receber as frutas exportadas pelo Porto de Fortaleza/Divulgação CDC**

O Porto de Fortaleza (CE) está exportando a safra 2023/2024 de frutas para quatro novas rotas, o que fez os embarques dos produtos quase dobrarem. Desde setembro, Londres, Roterdã, Le Havre (França) e Vigo (Espanha) passaram a receber as frutas e os embarques seguem planejados até fevereiro. Uma das principais safras escoadas pelo complexo é a de melão.

Recentemente, o porto também abriu um gate (portão) exclusivo para embarque desse tipo de produto, chamado de corredor da fruta, com o objetivo de melhorar o tráfego de veículos e atender às medidas de segurança e critérios de alfandegamento.

Rinaldo Lira, coordenador de Gestão de Negócios da Companhia Docas do Ceará (CDC) autoridade portuária que administra o Porto de Fortaleza, disse em entrevista recente a um jornal local que a

administração tem feito esforços para captar investimentos e um deles é o arrendamento de uma área voltada somente à exportação de frutas.

“Até pouco tempo a nossa média de exportação de fruta em TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) era de 50 mil. Com o novo arrendamento dedicado ao terminal de contêineres de frutas, só esse ano já vamos movimentar algo próximo a 90 mil TEUs”, explicou.

Lira também contou que um plano de ação está sendo construído a médio prazo visando um crescimento ainda maior de carga exportada pelo local. Entre as medidas estão a estruturação de um novo arrendamento para um terminal de frutas e melhorias na infraestrutura logística terrestre, como a implantação de um sistema de pré-agendamento de caminhões, a construção de um pátio de veículos e de novos acessos (gates).

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/01/2024**

## AEROPORTOS - TCU MANTÉM RESTRIÇÕES DE VOOS NO AEROPORTO SANTOS DUMONT

Ministério de Portos e Aeroportos e a Infraero têm até 15 dias para manifestação sobre o caso

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**De acordo com a RioGaleão, a limitação de voos no Santos Dumont já aumentou em 42% o número de voos domésticos no Galeão.**

O Tribunal de Contas da União (TCU) negou o pedido da prefeita de Guarulhos (SP) para suspender a resolução que limitava os voos do aeroporto Santos Dumont, RJ. A decisão foi proferida em caráter liminar pelo ministro Benjamin Zymler e mantém a determinação de voos domésticos de até 400 quilômetros, o que corresponde a Minas Gerais e São Paulo.

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Infraero têm até 15 dias para manifestação sobre o caso. O Ministério de Portos e Aeroportos havia revogado a operação. Segundo a pasta, a decisão se baseou em critérios técnicos “com o intuito de fortalecer a aviação brasileira”.

A nova decisão era de que o terminal passaria a operar com o limite de 6,5 milhões de passageiros por ano para “garantir o melhor nível de atendimento à população em conformidade com a capacidade operacional do Aeroporto”, afirmou o Ministério.

O Governo Federal e o Estadual do Rio de Janeiro buscam medidas para alavancar a movimentação de usuários no Aeroporto Internacional do Galeão. De acordo com a RioGaleão, a limitação de voos no Santos Dumont já aumentou em 42% o número de voos domésticos no Galeão.

“Não há como se afirmar, ao menos em cognição sumária, que o ato praticado pelo Ministério dos Portos e Aeroportos pretendeu alcançar fim diverso do que o declarado pela própria autoridade ou finalidade diversa da prevista na lei, já que é razoável admitir que a limitação de passageiros poderá levar à melhoria do nível de satisfação dos serviços aeroportuários prestados, com a consequente melhora da performance do aeroporto”, justificou o ministro do TCU.

Procurada, a Infraero, empresa que administra o Santos Dumont, ressaltou que as providências devem ser tomadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) “visto que os slots do aeroporto são coordenados pela referida agência”. Já a alocação dos voos são de responsabilidade de cada Empresa Aérea, obedecendo a política instituída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC)”, completou a Infraero.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/01/2024



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### **ELETOBRAS RECORRE AO STF PARA DERRUBAR LIMINARES QUE BARRAM ASSEMBLEIA SOBRE INCORPORAÇÃO DE FURNAS**

Decisões provisórias impediram a realização de assembleia que iria votar destino da subsidiária em dezembro; relatoria no Supremo ficou com ministro Alexandre de Moraes

Por **Juliana Causin** — São Paulo



**Sede da Eletrobras, no Rio; empresa recorreu ao STF para realizar AGE sobre Furnas — Foto: Ana Branco/Agência O Globo**

A Eletrobras recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para cassar duas decisões judiciais provisórias (liminares) que suspenderam, no final do ano passado, a realização de assembleia geral extraordinária (AGE) que definiria a incorporação integral de Furnas. A reclamação, enviada à Corte no dia 31 de dezembro, terá a relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

A companhia tenta, no STF, cassar definitivamente duas decisões proferidas pela segunda instância da Justiça que suspenderam a realização da AGE. A primeira decisão foi tomada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-1) da 1ª Região. A segunda é do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que chegou a ser revertida antes mesmo da avaliação do Supremo.

Os advogados da Eletrobras argumentam que as liminares do TRT-1 e TJ-RJ extrapolam os limites da decisão proferida pelo ministro do Supremo, Kassio Nunes Marques, em 19 de dezembro. As decisões foram tomadas durante o plantão judicial e estipularam a suspensão da AGE por 90 dias.

Em dezembro, Nunes Marques determinou que a União e a Eletrobras resolvessem por meio de conciliação a tentativa do governo de aumentar o poder de voto na gestão da empresa, com prazo de negociação de 90 dias. O governo argumenta que a desestatização da companhia limitou o poder decisório da União, que detém 42,6% das ações da empresa.

A operação de incorporação integral de Furnas pela Eletrobras faz parte do plano estratégico da companhia e tem oposição do governo, incluindo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Segundo o MME, ele é contrário à operação, por considerar Furnas um "patrimônio dos brasileiros, importante para a segurança energética".

#### **Decisão fora da competência**

Em relação às duas liminares, os advogados que representam a Eletrobras - o ex-advogado geral da União Luís Inácio Lucena Adams e Mauro Pedro Gonçalves - ressaltam que a lei que permitiu a desestatização da Eletrobras, e que limitou o poder de voto da União, segue em vigor até decisão em sentido contrário pelo STF.



Eles argumentam que os tribunais violaram os termos da decisão de Marques, além de "usurparem" competência da Corte sobre o tema.

Ambas as liminares foram proferidas durante o regime de plantão do judiciário, às vésperas da assembleia que definiria a incorporação de Furnas. A primeira foi da desembargadora Maria Isabel Paes Gonçalves, do TJ-RJ, e a segunda do vice-presidente do TRT-1, José Nascimento Araujo Neto.

"Ao extrair da decisão do eminente Ministro Nunes Marques mais do ali se determina - repita-se: tão somente a suspensão do processo para eventual conciliação, e não a cautela de suspender novas assembleias de acionistas enquanto a mesma está sendo tratada -, a decisão monocrática reclamada, da Desembargadora plantista, afasta a incidência da Lei nº 14.182/1021 (de desestatização da Eletrobras) para impedir a legítima realização da AGE", argumenta a empresa.

Na ocasião, o ministro "fez questão de ressaltar a relevância da matéria e os impactos de uma decisão do STF - e, com muito maior razão, a de um Desembargador (de plantão) de Tribunal de Justiça - pode acarretar à ordem econômica, reforçando a competência dessa Corte Constitucional para apreciar a questão", seguem os advogados da Eletrobras. Ao STF, eles também argumentam que os órgãos da companhia, incluindo a assembleia geral de acionistas, "preservam integralmente suas atribuições relacionadas ao regular exercício de administrar os negócios da Eletrobras".

A Eletrobras também argumenta que a incorporação vem sendo conduzida de forma "a observar todas as exigências legais e regulatórias" e que "não será consolidada até que todas as condições suspensivas sejam atendidas".

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 03/01/2024*

## SPACEX, DE ELON MUSK, LANÇA PRIMEIROS SATÉLITES PARA TELEFONIA MÓVEL EM CELULARES COMUNS

Até então, serviço da Starlink estava disponível apenas para notebooks e desktops. Parceria com T-Mobile vai oferecer, no início, apenas mensagens de texto nos EUA. Mas já há acordos com operadoras de outros países

*Por Bloomberg*



**Conjunto de satélites Starlink antes de serem liberados pela segunda etapa do Falcon 9 — Foto: SpaceX/Divulgação**

A SpaceX, de Elon Musk, lançou o foguete Falcon 9 com seu primeiro conjunto de satélites da Starlink capazes de enviar sinais de telefonia do espaço diretamente para aparelhos convencionais de celular.

Atualmente, a Starlink só oferece sinal para notebooks e desktop. Outras empresas de rede móvel por satélite exigem o uso de aparelhos de telefone específicos para conexão.

O conjunto dos seis primeiros satélites da Starlink é uma parceria com a T-Mobile, operadora americana, que anunciou o sucesso do lançamento nesta quarta-feira.

### Torre de celular no espaço

Operando como uma torre de celular no espaço, os satélites da Starlink vão conectar diretamente aparelhos comuns. Num primeiro momento, apenas mensagens de texto poderão ser enviadas. Mais para frente, a SpaceX poderá oferecer voz e dados, disse Kate Tice, gerente sênior de engenharia de sistemas de qualidade, em um webcast para o lançamento na terça-feira.



O novo serviço, chamado de "Direct to Cell" (D2C) foi anunciado em 2022, mas só no mês passado a T-Mobile e a Starlink obtiveram a aprovação dos EUA para realizar os testes.

A SpaceX trabalhará com outras operadoras no resto do mundo: Optus, na Austrália; Salt Mobile, na Suíça; Rogers Communications, no Canadá; One, na Nova Zelândia; Empresa Nacional de Telecomunicaciones, no Chile e Peru; e KDDI Corp., no Japão.

Concorrência: Aeronave de alta altitude da Airbus pretende desafiar a SpaceX, de Musk. Espera-se que a Starlink gere cerca de US\$ 10 bilhões em vendas gerais este ano, respondendo por dois terços das receitas totais da SpaceX.

Elon Musk está considerando uma oferta pública inicial para o negócio de satélites Starlink, em rápido crescimento, já no fim de 2024, de acordo com a Bloomberg.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 03/01/2024

## PRÊMIO NOBEL ALERTA: COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, TI PODE SEMEAR 'AUTODESTRUIÇÃO DOS EMPREGOS'

Economista afirma que é um erro se concentrar em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Stem) e diz que empatia e criatividade são as habilidades do futuro

Por *Bloomberg — Londres*



*Christopher Pissarides, professor de economia da London School of Economics, dividiu com Peter Diamond e Dale Mortensen o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 2010 por seu trabalho sobre a eficiência do recrutamento e da formação de salários, bem como sobre a regulamentação do mercado de trabalho — Foto: Simon Dawson/Bloomberg*

Christopher Pissarides, professor de economia na London School of Economics e vencedor do Prêmio Nobel em 2010, alertou aos jovens que eles não devem mais se concentrar no estudo das disciplinas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Stem, na sigla em inglês), afirmando que são as habilidades de empatia e criatividade que devem prosperar em um mundo dominado pela inteligência artificial.

Pissarides também disse que trabalhadores em certos empregos de tecnologia da informação (TI) correm o risco de semear as "próprias sementes de sua autodestruição" ao avançarem na IA, que deve ocupar os seus empregos no futuro.

Embora o economista seja otimista em relação ao impacto geral da IA no mercado de trabalho, disse estar preocupado com aqueles que optam por disciplinas de ciência e matemática na esperança de aproveitar os avanços tecnológicos.

Ele observou que, apesar do rápido crescimento na demanda pelos conhecimentos em Stem atualmente, empregos que exigem habilidades mais tradicionais de interação pessoal, como na hospitalidade e saúde, ainda dominarão o mercado de trabalho.

— As habilidades necessárias agora: coletar dados, organizá-los, desenvolvê-los e usá-los para avançar para a próxima fase da IA, ou mais especificamente, tornar a IA mais aplicável a empregos, tornarão essas mesmas habilidades obsoletas, porque a IA estará fazendo o trabalho — ele disse em uma entrevista.

Segundo ele, essa demanda por novas habilidades em TI contém suas próprias "sementes da autodestruição", conforme ele descreveu.

A popularidade de disciplinas Stem, como ciência da computação, disparou nos últimos anos, à medida que os alunos esperam tornar-se mais empregáveis para o futuro do trabalho. O rápido avanço da IA pode transformar as habilidades necessárias para os trabalhadores, tornando algumas tarefas e funções obsoletas.

### O que não será substituído

No entanto, a longo prazo, habilidades gerenciais, criativas e que envolvam empatia, incluindo comunicação, atendimento ao cliente e saúde, provavelmente permanecerão em alta demanda, pois são menos substituíveis pela tecnologia, especialmente pela IA.

— Quando você diz que a maioria dos empregos envolverá cuidados pessoais, comunicação, boas relações sociais, as pessoas podem dizer "Ah, Deus, é isso que temos que esperar no futuro" — disse Pissarides. — Não deveríamos menosprezar esses empregos. Eles são melhores do que os empregos que os recém-formados costumavam ter.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 03/01/2024*

## ALTA DO MÍNIMO, GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO E PIB MENOR DIFICULTAM TAREFA DE CUMPRIR META DE DÉFICIT ZERO

Além de depender do efeito das medidas de arrecadação, a equipe econômica terá de enfrentar a desaceleração da economia

*Por Alvaro Gribel e Vitor da Costa — Brasília e Rio*



***O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, perguntado como faria com os pisos constitucionais de Saúde e Educação, disse que essa é uma questão para o Ministério do Planejamento — Foto: Washington Costa/MF***

O Ministério da Fazenda começa 2024 pressionado para conseguir cumprir a meta de déficit primário zero estabelecida para este ano, confirmada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao sancionar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com essa meta e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista ao GLOBO.

Além de depender do efeito das medidas de arrecadação, a equipe econômica terá de enfrentar a desaceleração da economia, o que afetará os impostos pagos pelas empresas, e a indexação de despesas prevista com o novo salário mínimo e os pisos constitucionais para os gastos com Saúde e Educação, que voltaram a valer com a aprovação do arcabouço fiscal.

Ao mesmo tempo, terá de evitar que recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sofram bloqueios, sob risco de Lula alterar a meta para um déficit de até 1% do PIB, o que comprometeria a nova regra fiscal já em seu primeiro ano de vigência.

Perguntado, em entrevista exclusiva ao GLOBO, sobre a indexação dos pisos com Saúde e Educação, Haddad disse, em tom de brincadeira:

— É melhor perguntar para a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

A resposta expõe a sensibilidade do tema e a dificuldade de o arcabouço se manter de pé, por causa de gastos que crescem em um ritmo maior do que os impostos, pela nova regra. O economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, entende esse desafio como estrutural na nova regra fiscal:

— O reajuste nas despesas com Saúde e Educação é um problema estrutural que precisará ser enfrentado. O governo terá que propor um novo indexador para adequá-las à regra do arcabouço. Elas crescem mais rapidamente do que a despesa do teto, e isso comprime os demais gastos.



O economista explica que a Previdência tem seus gastos atrelados ao salário mínimo, que é reajustado pela inflação e pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. E os pisos com Saúde (15% da Receita Corrente Líquida) e da Educação (18% da Receita Líquida de Impostos) seguem o aumento da arrecadação e não as regras do arcabouço, que limitam a alta dos gastos a 2,5%.

Com isso, o ajuste fiscal poderá recair sobre o funcionalismo público, que já começa a fazer pressão por reajustes salariais. No ano passado, a alta foi de 9%, após quatro anos sem aumento.

O mercado não está confiante de que o governo conseguirá zerar o déficit este ano. O Focus, relatório semanal do Banco Central (BC) com as expectativas dos agentes financeiros, divulgado ontem, indica déficit de 0,8% do PIB em 2024. O mercado não prevê déficit zero em qualquer dos anos do governo Lula: a projeção é rombo de 0,6% do PIB em 2025 e de 0,5% em 2026.

De acordo com o Boletim Prisma Fiscal, que coleta projeções de instituições financeiras e consultorias, a mediana das estimativas aponta déficit primário em torno de R\$ 90 bilhões este ano.

***“O reajuste nas despesas com Saúde e Educação é um problema estrutural que precisará ser enfrentado. O governo terá que propor um novo indexador para adequá-las à regra do arcabouço”, diz Alexandre Manoel, economista-chefe da AZ Quest.***

O economista da CM Capital, Matheus Pizzani, destaca que as incertezas dos agentes se dão tanto pela perspectiva de desaceleração do crescimento econômico — a previsão é de alta de 1,5%, contra os 3% esperados para 2023, resultado que só será divulgado pelo IBGE em março — quanto pela estrutura de gastos mais robusta deste ano.

Para Pizzani, a principal expectativa está na manutenção ou não das metas a partir de 2024, o que só deve ficar mais claro em março, quando começam a sair os primeiros relatórios de receita e despesa:

— Uma alteração pode ser interpretada como menor compromisso do governo com a responsabilidade fiscal, com desdobramentos para as expectativas dos agentes e para o conjunto da economia.

Manoel, da AZ Quest, ressalta que a avaliação da Fazenda é que os bloqueios de gastos para chegar ao déficit zero serão de no máximo R\$ 23 bilhões, enquanto, na visão majoritária do mercado, estes poderiam chegar a R\$ 53 bilhões, o que torna ainda mais obrigatória a manutenção da meta de déficit zero.

Haddad refuta essas previsões afirmando que o novo regime fiscal precisa cumprir o piso de expansão real de 0,6% dos gastos. Se o contingenciamento chegar a R\$ 53 bilhões, há risco de não cumprir esse percentual. O temor maior, no entanto, é que Lula mude a meta, caso os investimentos do PAC sejam bloqueados.

### **Gatilhos previstos**

O que está previsto no arcabouço é que, se o governo não cumprir a meta, haverá “gatilhos” de contenção de despesas que serão acionados nos anos seguintes. Se o governo mudar a meta para pior, esses gatilhos não serão disparados, e todas as projeções de crescimento da dívida terão que ser refeitas por economistas, agências de classificação de risco, bancos e consultorias.

O arcabouço perderá a credibilidade já no seu primeiro ano de vigência, dizem especialistas.

Quando a meta não é cumprida, no ano seguinte o governo fica proibido de criar cargos públicos ou alterar carreiras, criar ou reajustar despesas obrigatórias e ampliar benefícios tributários. Além disso, as despesas crescerão menos.

O head de renda variável e sócio da AVG Capital, Apolo Duarte, diz que o mercado está um pouco cético em relação ao cumprimento das metas, em que pesem as sinalizações dadas por Haddad:

— O mercado vai ficar de olho nas próximas declarações, principalmente do presidente, do ministro ou de alguma liderança do PT que possa fazer preço no mercado.

Em entrevista ao GLOBO, Haddad assegurou que o ministério ficará restrito à redução de gastos tributários. Ele ressaltou que a execução orçamentária e a avaliação das políticas são feitas pelo Ministério do Planejamento.

Quanto vai ficar o dólar este ano? Ex-economista do FMI reafirma projeção de R\$ 4,50, entenda Pizzani afirmou que a melhora das contas públicas via aumento de arrecadação por meio de alterações da base tributária se mostra viável diante da realidade fiscal imposta pelo arcabouço. Mas ressalta que isso não significa que não devam ser feitas melhorias na estrutura de despesas.

— O montante necessário para a melhora estrutural das contas públicas brasileiras depende muito mais de reformas do que de medidas pontuais. A margem para corte de gastos está cada vez mais estreita, seja por conta da obrigatoriedade constitucional da maior parte das despesas ou mesmo pela demanda maior da classe política por recursos para o fundo eleitoral e as emendas parlamentares.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 03/01/2024*

## CONSULTORIA DO SENADO ANALISA MP DA FAZENDA QUE REONERA A FOLHA DE PAGAMENTOS E PROMETE PARECER ESTA SEMANA

Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, quer aproveitar ato em Brasília sobre o 8 de Janeiro para sondar lideranças sobre como proceder com o texto

*Por Geralda Doca e Renan Monteiro — Brasília*



**Rodrigo Pacheco — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

A consultoria legislativa do Senado já analisa a medida provisória (MP), anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que aumenta a contribuição previdenciária de 17 setores intensivos em mão-de-obra. A medida vai na contramão da decisão do Congresso Nacional, que havia prorrogado a desoneração da folha de salário desses segmentos até 2027.

O parecer deverá ser encaminhado ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ainda nesta semana. Estão sendo analisados os fundamentos constitucionais, como urgência e relevância da MP. Embora tenha força de lei e entre em vigor imediatamente, a proposta, publicada no Diário Oficial da União (DOU) na sexta-feira, dá prazo de 90 dias para que as novas regras entrem em vigor.

Apesar do recesso parlamentar, Pacheco retornará à capital federal no domingo e deverá aproveitar a presença de parlamentares para o ato democrático do dia 08, segunda-feira, para decidir se devolverá a MP ao Executivo. Ele poderá convocar líderes para uma reunião para discutir o assunto.

Segundo interlocutores, mesmo com a fundamentação técnica da consultoria legislativa, a devolução da MP deverá ser uma decisão política, diante da repercussão negativa do texto no Congresso e no setor produtivo.

O Ministério da Fazenda, por sua vez, está organizando uma agenda de reuniões com lideranças do Congresso para buscar sensibilizar parlamentares. A ideia é colocar de pé já no mês de janeiro o cronograma com as lideranças que estiverem na capital. No momento, o Legislativo está em recesso até o dia 1º de fevereiro e muitos líderes estão fora de Brasília.





A MP, na prática, anula decisão recente do Congresso, que derrubou veto presidencial à prorrogação da desoneração da folha. A devolução da MP por Pacheco seria um gesto forte, mas o ato do governo que desconstituiu uma decisão do Congresso também foi, disse um interlocutor envolvido nas discussões.

Como uma forma de se blindar, a Fazenda incluiu na MP a volta da tributação do setor de eventos, que ganhou um alívio por conta dos efeitos da pandemia, e a limitação das compensações tributárias de grandes empresas, sob o argumento de que a Receita Federal precisa ter previsibilidade para administrar a arrecadação.

Com isso, a devolução da MP poderá ter consequência para além da desoneração da folha de salários, disse um parlamentar.

No dia do anúncio da MP, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo divulgou nota pedindo a devolução da proposta. Em resposta, Pacheco também soltou um texto, dizendo que a consultoria legislativa faria uma análise dos aspectos constitucionais da MP.

O presidente do Senado disse ainda que a MP causou “estranheza”, referindo-se ao fato de a proposta derrubar uma decisão recente do Congresso e à forte reação dos parlamentares à iniciativa do Executivo.

Antes do anúncio da MP, Haddad informou ao presidente do Senado e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira que editaria o texto. Depois da publicação, segundo auxiliares, Haddad telefonou para Lira, mas o conteúdo da conversa não foi divulgado.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 03/01/2024*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### **‘A DEMOCRACIA É INTOCÁVEL, O STF NÃO PERMITIRÁ IMPUNIDADE’, AVISA MORAES**

À reportagem do Estadão, ministro relator de todas as 1345 ações penais sobre os atos do 8 de janeiro faz um balanço do que a Corte produziu até aqui, destaca que ‘as Instituições mostraram sua maturidade e fortaleza’ e informa que a PF e PGR continuam investigando financiadores, instigadores, divulgadores e agentes públicos que participaram ‘por ação ou omissão’ da tentativa de golpe de Estado

*Por Fausto Macedo e Rayssa Motta*

Quase um ano depois da invasão e depredação da sede dos poderes em Brasília, em 8 de janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) já concluiu 30 julgamentos culminando na condenação dos primeiros acusados por atos golpistas e deve encerrar outras 29 ações penais na primeira semana de fevereiro, na volta do recesso.

A informação é do ministro Alexandre de Moraes, relator de todos os 1345 processos criminais abertos na Operação Lesa Pátria para investigar radicais apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que marcharam sobre a Esplanada dos Ministérios até o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo.

Na próxima segunda, 8, o governo, militares da cúpula das Forças Armadas, parlamentares e ministros dos tribunais superiores vão fazer um ‘ato democrático’ em Brasília para marcar o primeiro ano do ataque dos vândalos.

“O STF demonstrou a força, a coragem e a independência do Poder Judiciário brasileiro na resistência à tentativa de golpe e nos atentados antidemocráticos”, declarou Moraes nesta quarta-feira, 3, à reportagem do Estadão.

Alexandre de Moraes faz um alerta àqueles que, eventualmente, ainda queiram escolher a trilha dos intolerantes do 8 de janeiro. “A democracia é intocável e o STF não permitirá qualquer tipo de impunidade.”

Ele enfatiza. “As Instituições mostraram sua maturidade e fortaleza, defendendo a Constituição, a democracia e o Estado de Direito.”



**Alexandre de Moraes é relator das ações penais e investigações dos atos golpistas do dia 8 de janeiro. Foto: Hélivio Romaro/Estadão**

Na avaliação do ministro, o STF agiu ‘com celeridade e eficiência’ para responder aos ataques. Foram mais de 1300 prisões em flagrante, posteriormente convertidas em prisões preventivas, com as respectivas audiências de custódia.

Ele rechaça argumentos de advogados que alegam não terem oportunidade para fazer uma defesa completa, sem restrições. “Foi garantido o devido processo legal e a ampla defesa”, afirma. “Todos os presos tiveram imediato acesso a um magistrado.”

Ao longo de 2023, a Polícia Federal executou 22 fases da Operação Lesa Pátria, que mira golpistas que não aceitaram o resultado das urnas em 2022. O Plenário do STF recebeu, até o momento, 1345 denúncias criminais da Procuradoria-Geral da República. Ao todo, foram 1413 denunciados. O número ainda pode aumentar com o avanço das investigações, sobretudo em relação aos financiadores dos protestos violentos. Até o momento, apenas um empresário de Londrina (PR) foi acusado de custear a viagem de manifestantes a Brasília, mas outros estão na mira do Ministério Público. As apurações correm em sigilo.

Moraes lembra que a instrução processual de todos os 232 casos mais graves denunciados pela PGR, ‘aqueles em que os réus invadiram e destruíram a sede dos Poderes’, já foi encerrada.

Até aqui ocorreram 30 julgamentos com decisão condenatória pelo Plenário do STF - o primeiro condenado foi Aécio Pereira, que pegou 17 anos de prisão, pena ‘padrão’ para acusados do 8 de janeiro. Outras 29 ações penais estão em julgamento e serão concluídas na primeira semana de fevereiro.

“Os julgamentos das demais 139 ações penais pelos crimes mais graves, dos réus que invadiram e destruíram a sede dos poderes, serão encerrados até final de abril, com 15 ações penais pautadas todas as semanas”, informa o ministro.



**Moraes sobre vândalos do 8 de janeiro: “Todos os responsáveis serão processados e punidos na medida de suas culpabilidades.” Foto: Wilton Junior/Estadão**

Os crimes mais graves são investigados no inquérito 4922. Os réus foram acusados formalmente pela PGR por cinco crimes – associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com

considerável prejuízo para a vítima e deterioração de patrimônio tombado, em concurso de pessoas e concurso material.



O cerco aos radicais não acabou, avisa Moraes. “A Polícia Federal e a PGR continuam investigando os financiadores, contra um deles já houve denúncia, inclusive, e também os instigadores, divulgadores e, principalmente, agentes públicos e autoridades civis e militares que participaram por ação ou omissão na tentativa de golpe de Estado e atentado contra os poderes constituídos.”

“Todos os responsáveis serão processados e punidos na medida de suas culpabilidades”, afirma ao Estadão.

Há quatro inquéritos principais em curso sobre os atos do dia 8 de janeiro. Além do 4922, o mais avançado, que mira os extremistas que participaram diretamente dos atos de vandalismo, a PGR também investiga os financiadores da manifestação, que custearam a viagem de radicais a Brasília, os ‘autores intelectuais’ do 8 de janeiro, que incitaram os manifestantes, sobretudo com pautas antidemocráticas e fake news nas redes sociais, e autoridades públicas que podem ter incentivado os golpistas ou falhado para impedir a invasão da Praça dos Três Poderes.

Bolsonaro é um dos investigados. A PGR avalia se ele instigou seus apoiadores contra as instituições e a não aceitarem o resultado da eleição. Uma das provas é o vídeo publicado pelo ex-presidente no Facebook, dois dias após as cenas de vandalismo em Brasília, com teorias infundadas sobre a segurança das urnas. A postagem foi apagada minutos depois. Em depoimento à Polícia Federal, ele afirmou que estava medicado e que queria assistir o vídeo e não publicá-lo em seu perfil. Um impasse na recuperação da publicação opõe a defesa e o Ministério Público. A Meta, empresa que administra o Facebook, informou ao STF que não tem meios para acessar publicações deletadas pelos usuários. A PGR conseguiu uma cópia em um site alternativo, mas os advogados de Bolsonaro alegam que a prova não é válida. A palavra final cabe a Moraes.

Os inquéritos vinham sendo conduzidos pelo subprocurador Carlos Frederico Santos, que entregou o cargo em dezembro, após a aprovação e posse de Paulo Gonet no comando da PGR. O novo procurador-geral pode escolher assumir as investigações ao invés de delegar a coordenação dos processos do 8 de janeiro a um auxiliar. Os casos começaram centralizados no Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, criado na gestão de Augusto Aras.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 03/01/2024*

## **TETO PARA ROTATIVO DO CARTÃO DE CRÉDITO COMEÇA A VALER NESTA QUARTA-FEIRA; ENTENDA**

Com a medida, juros do rotativo do cartão de crédito não podem ultrapassar 100% do valor inicial devido

*Por Redação*

O teto para as taxas de juros do rotativo e da fatura parcelada do cartão de crédito entra em vigor nesta quarta-feira, 3, segundo informou o Banco Central (BC). A medida limita em 100% do valor total da dívida os juros e encargos das duas modalidades do cartão. Ou seja, a dívida não pode subir mais depois de dobrar o valor devido.

O teto foi regulamentado no fim de dezembro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), após ser instituída pela lei do Programa Desenrola. A resolução foi apresentada pelo BC porque as instituições financeiras não apresentaram uma proposta de autorregulação no prazo estipulado, de 90 dias. Sem acordo entre os diversos players do setor, como bancos, varejo e maquininhas independentes, passa a valer o teto aprovado pelo Congresso.

### **Entenda na prática como fica**

Com o teto, se uma pessoa não pagar uma fatura do cartão de crédito de R\$ 100, ela poderá pagar juros e encargos de, no máximo, R\$ 100. Assim, independente de quanto tempo de atraso, essa dívida não poderá ultrapassar R\$ 200.

O rotativo, acionado quando o consumidor não paga a totalidade da fatura do cartão de crédito até a sua data de vencimento, era até então a linha mais cara de crédito do País. Os juros médios chegavam a mais de 437% ao ano, mas as instituições chegavam a cobrar quase 1.000%, segundo ranking do Banco Central.

Nesse sistema, é possível que o titular pague apenas uma parte do saldo devedor mensal. O restante dos valores devidos “rodam” para o próximo mês. O saldo que não foi pago é sujeito a juros que normalmente são mais elevados do que taxas de juros de outros tipos de crédito.

Ao pagar apenas uma parte do valor da fatura do cartão de crédito, o consumidor poderia acumular juros sobre valor remanescente, o que aumentaria o total devido. Caso a situação se repetisse, seriam acumulados juros sobre juros (juros compostos), aumentando exponencialmente o valor.

Segundo os dados mais recentes do Banco Central, em novembro, os juros do rotativo do cartão de crédito estavam, em média, em 431,6% ao ano. Para uma pessoa no rotativo que devia R\$ 100 e não quita o débito, a dívida poderia chegar a R\$ 531,60 em 12 meses./ Com Agência Brasil

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 03/01/2024*

## LÍDERES AVALIAM QUE CONGRESSO REJEITARÁ MEDIDA DO GOVERNO QUE REVOGOU DESONERAÇÃO

Pacheco deve reunir lideranças partidárias na próxima semana para ouvir a opinião dos parlamentares; ele já indicou a Haddad que a medida terá muitas dificuldades de avançar

*Por Giordanna Neves, Iander Porcella e Gabriel Hirabahasi*

BRASÍLIA - Em nova queda de braço entre Executivo e Legislativo, deputados e senadores avaliam que a tendência é o Congresso rejeitar a medida provisória (MP) que retoma a tributação gradual da folha de pagamento das empresas e derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que cria um calendário para o governo empenhar (reservar para pagamento) os recursos de emendas individuais e de bancada estadual.

Líderes da Câmara ouvidos pelo Estadão/Broadcast disseram que não houve ainda uma reunião para tratar dos temas — os trabalhos no Legislativo só voltam em fevereiro —, mas avaliam que tanto a MP quanto o calendário da LDO são “assuntos óbvios”, já que foram aprovados recentemente pelo Congresso, às vésperas do recesso. Uma liderança disse, em condição de anonimato, que o Congresso deve, inclusive, trabalhar para não receber o texto da medida da reoneração.

No Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve reunir líderes partidários na segunda, 8, ou terça-feira, 9. O objetivo inicial de Pacheco era ouvir a opinião dos parlamentares mais influentes sobre a MP da reoneração, mas os vetos impostos à LDO também devem entrar nas discussões.



***Pacheco já indicou a Haddad, em conversa reservada, que a medida provisória terá muitas dificuldades de avançar no Congresso Foto: Wilton Junior/Estadão***

Pacheco já indicou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em conversa reservada, que a medida provisória terá muitas dificuldades de avançar no Congresso, mesmo que não seja devolvida à Presidência da República. Líderes governistas tentam reverter o quadro e abrir um caminho de diálogo dos congressistas com o governo até fevereiro, quando o Legislativo

volta do recesso.

A medida provisória da reoneração da folha foi anunciada por Haddad no último dia 28, cerca de duas semanas após o Congresso derrubar o veto do governo à lei que estende o benefício fiscal a 17





setores da economia até 2027, além da redução da contribuição previdenciária patronal paga pelas prefeituras.

A proposta de acabar com o incentivo, segundo o petista, está alinhada à meta de zerar o déficit das contas públicas este ano, já que repõe aos cofres do governo recursos que não estavam inicialmente previstos no projeto de lei orçamentária.

A MP também prevê uma extinção gradativa do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), aprovado por deputados e senadores para ajudar as empresas do setor em razão da pandemia da covid-19 e que foi prorrogado. “Ou seja: tempestade perfeita para desagradar o Congresso”, disse um líder da Câmara, sob reserva, em relação à medida provisória.

O texto da MP ainda estabelece uma nova regra para compensação de crédito tributário, que será aplicada a volumes que empresas tenham direito superiores a R\$ 10 milhões, em razão de decisões judiciais.

O veto ao calendário de emendas também gerou repercussão entre os líderes. Pela proposta incluída pelo relator da LDO, deputado Danilo Forte (União-CE), e aprovada pelo Congresso, seria imposto ao governo um cronograma para empenho desses recursos parlamentares. As verbas deveriam ser separadas pelo Executivo até julho. No caso das chamadas transferências “fundo a fundo” nas áreas de saúde e assistência social, até mesmo a execução (o pagamento propriamente dito) deveria ser feito nesse período.

A imposição do calendário, no entanto, reduz o poder do governo e aumenta o do Legislativo. Isso porque, apesar de as emendas individuais e bancada estadual serem hoje de pagamento obrigatório, o governo consegue controlar o ritmo da liberação dos recursos. Historicamente, o Poder Executivo utiliza esse poder para barganhar apoio do Congresso em votações importantes.

Forte reagiu à decisão de Lula. “Recebi com preocupação os vetos anunciados, uma vez que afetam o grande objetivo da LDO de minha relatoria, que é conferir um nível maior de previsibilidade, transparência e de execução do Orçamento Federal”, disse o deputado, em nota divulgada na terça-feira, 2.

“Acredito que a LDO de 2024 reúna o sentimento das mais diversas lideranças políticas por ter sido debatido de forma ampla no parlamento e, por isso, tenho confiança de que será possível reverter os vetos citados de maneira a preservar os avanços institucionais, políticos, sociais e econômicos presentes na peça orçamentária”, emendou.

Em sua exposição de motivos para vetar os trechos da LDO, o presidente da República alegou que esse cronograma “atingiria diretamente a gestão da execução orçamentária e financeira do Poder Executivo federal sem previsão constitucional expressa”.

Em 2023, o governo viveu altos e baixos com o Congresso. Para tentar formar uma base mais sólida na Câmara, Lula fez uma reforma ministerial que alçou André Fufuca (PP) ao comando do Esporte e Silvio Costa Filho (Republicanos) à pasta de Portos e Aeroportos. Mesmo com o Centrão na Esplanada, contudo, o petista viu uma série de vetos que havia feito a projetos aprovados pelos deputados e senadores serem derrubados no fim do ano.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a reclamar pessoalmente com Lula sobre vetos do petista a trechos de projetos que haviam sido acordados entre governo e Congresso. Houve também dificuldades para aprovação de MPs, principalmente por causa de uma discordância entre Lira e Pacheco sobre o rito de tramitação das medidas. Apesar dos percalços, contudo, o pacote de receitas extras proposto por Haddad foi praticamente todo aprovado.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 03/01/2024**



## NOSSO PLANO É FAZER 35 CONCESSÕES DE RODOVIAS ATÉ O FIM DO GOVERNO LULA, DIZ RENAN FILHO

Para o ministro dos Transportes, há uma soma de desafios que passam pela ainda elevada taxa de juros do País e por acúmulo de desgastes em contratos das atuais concessionárias

*Por Luiz Araújo*

### **ENTREVISTA COM**

#### ***Renan Filho - Ministro dos Transportes***

BRASÍLIA - Apesar de ter parte das projeções frustradas para os leilões rodoviários de 2023, o ministro dos Transportes, Renan Filho, diz que o governo mantém a diretriz de leiloar 35 trechos até 2026. Em entrevista concedida ao Estadão/Broadcast no final do ano passado, o ministro diz que cabe ao Executivo pôr os ativos à disposição da iniciativa privada, mas que não há problemas se o capital entender que parte deles não tem atratividade, ainda que, paralelamente, prometa adaptações para aumentar o apetite. “Um problema grave seria não levá-los a leilão. Porque o País não tem dinheiro, vive restrição fiscal para investimento. Se não atrair o capital privado, significa involução da nossa infraestrutura”, afirma.

O planejamento do ministério era realizar quatro leilões neste ano. Contudo, só conseguiu executar dois, ambos lotes de rodovias do Paraná. Um terceiro, que teve edital lançado, o da BR-381, em Minas Gerais, não recebeu nenhuma proposta e por isso não foi realizado. O quarto teve o edital atrasado por necessidades de ajustes demandados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Para o próximo ano, a expectativa é de realização de 12 leilões, que se somarão a outros 21 até o fim do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para o ministro, há uma soma de desafios que passam pela ainda elevada taxa de juros do País e por acúmulo de desgastes em contratos das atuais concessionárias. “O grande problema do Brasil não se refere ao que foi feito este ano [2023] e, sim, ao passado. Porque nós temos muitos contratos desequilibrados e as concessionárias atuais, muitas delas, estão impedidas de fazer novos investimentos”, diz.

Na busca por tornar os ativos públicos mais atrativos, o ministro destaca a publicação da política de concessões e do acordo firmado com o TCU que possibilita repactuações com atuais concessionárias para evitar relicitação. O ministro promete perseguir medidas para aumentar a atratividade. “Nem todos os ativos tiveram problemas de atratividade, é algo que hoje está concentrado na BR-381. Estamos estruturando os projetos. Em alguns casos, tem, sim, que aumentar a atratividade”, diz.

### ***Confira a íntegra da entrevista:***

#### **Qual o balanço dos leilões rodoviários ao longo de 2023?**

Trabalhamos duro ao longo do ano [de 2023]. Fizemos a publicação da política de concessões. Modernizamos entendimentos. O Brasil está com a taxa de juros ainda elevada para projetos de longo prazo, o que dificulta a atração de investimentos para infraestrutura. Isso por um lado dificulta, mas isso está sendo cuidado pelo governo. Mas por outro tivemos captação internacional dos fundos soberanos da Arábia Saudita e Singapura pela primeira vez. Dialogamos com fundos de investimento e ampliamos as possibilidades de investidores. Agora, o grande problema do Brasil não se refere ao que foi feito este ano e, sim, ao passado. Porque nós temos muitos contratos desequilibrados e as concessionárias presentes no Brasil, muitas delas, estão impedidas de fazer novos investimentos, tanto por dificuldade de balanço, com nível de endividamento elevado, quanto impedimento por desequilíbrios de contratos que ficaram anos sem soluções. Estamos encarando em diferentes frentes. Esperamos fazer 35 leilões até o final do mandato do presidente Lula e otimizar até 15 contratos. Isso resultará em 50 contratos. O primeiro ano foi de organização. Esperávamos realizar quatro leilões e a publicação de cinco editais. Estamos finalizando com a publicação de quatro editais e realização de dois leilões.

### **Como observa o risco de novos leilões desertos como o da BR-381?**

Temos que levar em consideração que a BR-381 é o maior desafio de engenharia rodoviária do Brasil por conta das características geológicas do Brasil. Vamos levar os leilões ao mercado. Se o leilão não apresentar demanda, isso não é um problema grave. Um problema grave é se não levarmos os ativos públicos a leilão. Porque o País não tem dinheiro, vive restrição fiscal para investimento. Se não atrai o capital privado, significa involução da nossa infraestrutura. O Brasil vinha realizando apenas um leilão por ano e isso é muito pouco. A gente pode realizar 12, 15, 6, vamos ver. Agora, só não podemos realizar apenas um.

### **O que será feito para aumentar a atratividade da BR-381 e dos demais ativos?**

Nem todos os ativos tiveram problemas de atratividade. Esse problema está concentrado na 381. Não são todos os ativos que precisam ser tratados da mesma maneira e não devem. Cada um tem sua peculiaridade. A 381 é uma que estamos buscando ampliar a atratividade. Já a BR-040, por exemplo, é um ativo conhecido, consolidado e maduro. Estamos, com muita experiência do Ministério, Infra S.A e da ANTT, estruturando os projetos. Em alguns, tem que aumentar a atratividade. No caso da BR-381, estamos dialogando com o TCU sobre riscos geológicos e taxa de retorno que precisa ser aferida.



**Renan Filho, ministro dos Transportes, promete perseguir medidas para aumentar a atratividade dos ativos públicos.**  
**Foto: Wilton Junior/Estadão**

### **As repactuações com concessionárias de rodovias estão ocorrendo no ritmo esperado?**

Criamos uma solução nova que vai permitir a retomada de obras. Porém, não é rápido como achamos que deveria ser. Também gostaria que fosse mais rápido. Entretanto, é mais rápido que um processo de relicitação. Hoje, a relicitação significa que as obras só serão iniciadas três anos depois. Essas otimizações de contratos temos que fazer com velocidade, mas com segurança e conforto para o TCU. É um modelo inovador. Mas essa é a melhor forma. A melhor forma de resolver conflitos é por conciliação e não por litigância.

### **É também a demora com repactuações de concessionárias de ferrovias que tem atrasado o anúncio de política própria para o setor? Como avalia o quadro?**

Temos três renovações em concessões ferroviárias para fechar. Não adianta plano sem recursos públicos. O acordo que fechamos garantiu R\$ 1 bilhão de recursos. Precisamos associar investimentos públicos e privados, só que o público está em restrição, por isso estamos buscando as otimizações de contratos. Os demais contratos devem seguir o mesmo caminho e isso vai viabilizar os projetos.

### **Como vê o cenário de garantia de investimentos nos próximos anos?**

A aprovação do novo arcabouço fiscal garante um nível de investimento de R\$ 80 bi para as obras de transportes em 4 anos. Claro que isso vai ser votado anualmente em cada orçamento. Este ano tivemos um pouco acima de R\$ 20 bilhões e esperamos no próximo ano cerca de R\$ 18 bilhões. Com a melhora econômica, esperamos atrair o investimento privado. Porque para fortalecer de maneira global, é fundamental ter recursos públicos potencializados e também o capital privado, somando os dois teremos volume maior de investimentos, o que irá ajudar a economia. Estamos com um projeto para 4 anos. Precisamos do desempenho da economia. O governo vai votar a Medida 1185 no Senado (a medida foi aprovada na semana passada, depois da conversa do ministro com o Estadão/Broadcast), que vai ajudar a garantir estabilidade fiscal, que garante trajetória de queda dos juros. O Ministério está com planejamento, agora temos que executar. Se lá no final, em vez de termos 50 contratos, tivermos 42, 46, 48, vai ser essa comparação com o que foi feito em anos

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 03/01/2024**

## VALOR ECONÔMICO (SP)

### COM LEWANDOWSKI FAVORITO PARA LUGAR DE DINO, PSB TENTA MANTER CARGO NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Partido tem Ricardo Cappelli na secretaria-executiva, posto que é o segundo na hierarquia da pasta  
*Por Fabio Murakawa, Renan Truffi e Isadora Peron, Valor — Brasília*



**Secretário-executivo do ministério da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli — Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil**

Com o favoritismo do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski para assumir o Ministério da Justiça, o grupo do atual ministro Flávio Dino (PSB) rechaça fazer "figuração" dentro da pasta após a saída dele para o STF.

A interlocutores, o secretário-executivo, Ricardo Cappelli, tem dito que não aceitaria assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), como tem sido cogitado no Palácio do Planalto. Mas está aberto a conversas para se manter no cargo atual, o segundo na hierarquia da pasta.

Dino deve permanecer ministro da Justiça até meados deste mês. Ele pretende retomar o mandato de senador pelo Maranhão antes de tomar posse como ministro do STF na vaga deixada por Rosa Weber. A solenidade está prevista para ocorrer em 22 de fevereiro. A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro se manteve no cargo para participar das solenidades em memória dos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Interlocutores de Lula dizem que Lewandowski já sinalizou que aceitaria ser o titular da Justiça, caso de fato haja um convite. O ex-ministro do STF tem dito nas últimas semanas que as informações envolvendo seu nome não passam de "especulação". Ele também estará em Brasília para participar das solenidades na próxima segunda.

Segundo o Valor apurou, além disso, uma parte do entorno do presidente trabalha para que o substituto de Dino seja o subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Wellington César Lima e Silva.

Entretanto, até mesmo os defensores de Lewandowski e Lima e Silva admitem que os dois candidatos a ministro têm pouca familiaridade com a área de Segurança Pública. Assim, o nome de Cappelli, que foi interventor na Segurança Pública do Distrito Federal após os atos golpistas, tem sido cogitado para assumir a Senasp.

No Planalto, comenta-se que Dino estaria se movimentando para que isso aconteça. Porém, esse é um movimento que não agrada Cappelli e outros integrantes do PSB lotados no ministério.

Em primeiro lugar porque o atual titular da Senasp é Tadeu Alencar, um ex-deputado federal do PSB de Pernambuco. Outros integrantes do grupo de Dino no ministério são o também ex-deputado Elias Vaz (PSB-GO), secretário de Assuntos Legislativos, e Rafael Velazco, secretário de Políticas Penais que havia sido secretário do ministro nessa área quando ele governava o Maranhão.

Já é quase um consenso no governo que o Ministério da Justiça não será dividido para a criação do Ministério da Segurança Pública. Com Cappelli na secretaria-executiva, poderia ocorrer uma espécie



de "divisão informal" da pasta. Por esse desenho, o PSB comandaria toda a área de Segurança, enquanto o titular da pasta ficaria a cargo das questões mais técnicas e jurídicas.

Mas o nome de Cappelli enfrenta a resistência de uma ala importante do PT, embora o secretário tenha boa relação com a presidente da sigla, Gleisi Hoffmann. Esse grupo petista trabalha para que o partido assuma a máquina do ministério, expurgando o PSB. O argumento é que Dino foi alçado ao cargo como uma escolha pessoal do presidente, não como uma cota do PSB na Esplanada.

Por outro lado, o PSB, tradicional aliado de Lula, já se sentiu prejudicado na última reforma ministerial. O partido perdeu o ministério de Portos e Aeroportos para o Republicanos, que indicou Silvio Costa Filho para o lugar de Márcio França.

França, por sua vez, foi realocado no Ministério do Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, criado para acomodá-lo. A nova pasta foi desmembrada do Ministério da Indústria, do Comércio e dos Serviços, outro quinhão do PSB no governo, comandado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin. A pasta comandada por França é classificada como "figurativa" por integrantes do PSB, que afirmam que o partido não aceitará fazer "figuração" também no Ministério da Justiça.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 03/01/2024*

## BASE ALIADA FRÁGIL CONTINUA A DEMANDAR NEGOCIAÇÕES EM VOTAÇÕES NO CONGRESSO

Controle do Orçamento é um dos exemplos das dificuldades entre governo e Legislativo  
*Por Renan Truffi, Fabio Murakawa e Julia Lindner — De Brasília*



***Lula: em nome da governabilidade, presidente teve que sacrificar um aliado na reforma ministerial e abriu mão de Márcio França para acomodar o Centrão — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo - 18/12/2023***

Um ano depois do início de seu novo governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda convive com o mesmo problema do começo do mandato: uma base aliada frágil, que demanda novas negociações e alianças a cada votação importante no Congresso.

A disputa pelo controle do Orçamento marcou a relação muitas vezes tensa entre Executivo e Legislativo e dá sinais de que continuará a influenciar essa dinâmica em 2024, quando estarão em jogo R\$ 53 bilhões em recursos indicados por deputados e senadores - um valor recorde.

Também continuarão em debate divergências sobre o ritmo de liberação desse dinheiro. De acordo com as regras que valeram até 2023, o governo era obrigado a autorizar o pagamento de emendas individuais e de bancada previstas para o ano, mas o fluxo podia ser controlado pelo Executivo.

Em dezembro, o Congresso aprovou, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), uma mudança nessa sistemática. De acordo com o texto que saiu do Legislativo, o governo teria 30 dias para liberar emendas. Nessa terça-feira, Lula vetou esse trecho da proposta e já há parlamentares que defendem a derrubada da decisão (ver também a página A7).

Para um governo eleito por uma frente ampla e heterogênea, compartilhar protagonismo foi estratégico no ano passado. Lula foi eleito em 2022 com uma coligação de nove partidos (PsoL, Rede, PSB, PCdoB, PV, Agir, Avante, Pros e Solidariedade), a maior de todos os pleitos presidenciais que disputou. Entretanto, o PT e outros partidos de esquerda, como o PDT de Ciro Gomes, conseguiram eleger apenas 138 deputados federais em 2022.



A Câmara dos Deputados continuou dominada pelo Centrão, grupo do atual presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e com uma bancada conservadora: os partidos do Centrão ou da centro-direita conseguiram 273 cadeiras.

Esse quadro levou Lula a ceder ainda na transição para viabilizar o primeiro ano de seu governo. Ele negociou com Lira, que havia apoiado o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na disputa presidencial, o apoio total do PT à sua reeleição para o comando da Câmara. Em troca, conseguiu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição, que ampliou em cerca de R\$ 145 bilhões o teto de gastos. Pôde, assim, garantir recursos para pagar um Bolsa Família com piso de R\$ 600 - ante os R\$ 400 previstos pelo Orçamento deixado por Bolsonaro -, além de assegurar um reajuste do salário mínimo acima da inflação, uma promessa de campanha do petista.

Os parlamentares, porém, conseguiram assegurar o controle sobre a destinação dessa verba extra, por meio das emendas, arrogando para si o poder de decidir também quais programas e ministérios receberiam recursos.

Por causa dessas disputas, o grupo de Lira, ao longo do ano, chegou a pedir a cabeça do ministro das Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, responsável pela articulação política - e pelo pagamento das emendas.

O presidente da Câmara afirmou em junho que havia uma “insatisfação generalizada” dos deputados com a “falta de articulação do governo”. No mês seguinte, em entrevista ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, afirmou que o cargo de Padilha “tem prazo de validade”. Fontes palacianas apontavam, àquela altura, pressões de Lira para que o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), fosse indicado para a SRI, algo que o parlamentar sempre negou. Lula, porém, não cedeu, e Padilha seguiu no posto.

Outros alvos dos ataques especulativos do Centrão foram os ministros do Desenvolvimento Social (MDS), Wellington Dias, e da Saúde, Nísia Trindade. Não por acaso, são as duas pastas com maior Orçamento na Esplanada. Mas, em 5 de junho, Lula anunciou de maneira categórica que Nísia permaneceria no governo, enquanto Wellington Dias sofria um processo de fritura dentro do próprio Palácio.

### **Câmara dominada pelo Centrão fez Lula ceder ainda na transição para viabilizar primeiro ano**

Em meados do ano, parte do núcleo duro do governo entendia ser necessário ceder o MDS para o Centrão, em troca de um apoio mais sólido no Congresso. As especulações acenderam a militância petista, indignada com a possibilidade de perder o controle sobre o Bolsa Família, principal marca social de Lula, e até a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, entrou em campo.

Dois dias depois, em 7 de julho, Janja gravou um vídeo ao lado de Wellington Dias em que dizia que “o MDS é o coração do governo Lula”. A atuação da primeira-dama, uma das pessoas hoje com maior influência sobre o presidente, praticamente enterrou as chances de Lira indicar um titular para o MDS, algo visto como “desejável” por ministros no Palácio do Planalto.

Lira, no entanto, não ficou de mãos vazias. Em setembro, emplacou um aliado, o deputado André Fufuca (PP-MA), no Ministério do Esporte. Em novembro, conseguiu indicar o novo presidente da Caixa, Carlos Vieira. Em ambos os casos, as mudanças foram criticadas por promover a diminuição da participação feminina no governo, uma vez que Fufuca e Vieira entraram nos lugares de Ana Moser e Rita Serrano, respectivamente.

As mulheres já tinham sido vitimadas em outra mudança ministerial feita em nome da governabilidade. O assumiu o Ministério do Turismo no lugar de Daniela Cordeiro, depois que o marido dela, o prefeito de Belford Roxo, Waguinho Cordeiro, migrou do União Brasil para o Republicanos. Daniela caiu depois que o União Brasil disse não se sentir mais representado por ela na Esplanada, fragilizando ainda mais a base de Lula. Outro ministro do partido, aliás, Juscelino Filho



(MA), das Comunicações, também precisou dar satisfações a Lula sobre suspeita de irregularidades ao longo de sua trajetória política, mas segue no governo.

Lula também foi forçado a sacrificar um aliado na reforma ministerial de setembro a fim de abrir espaço para o Republicanos no governo. Márcio França (PSB), correligionário do vice-presidente Geraldo Alckmin, deixou o Ministério de Portos e Aeroportos para o também deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) e foi para o inexpressivo ministério de Micro e Pequenas Empresas.

“A gente não negocia com o Centrão, o Centrão não é um partido. Nós negociamos com partidos”, comentou Lula, à época, numa das frases que repetiu muitas vezes ao longo do ano para tentar minimizar a importância do grupo fisiológico que domina o Congresso.

Outro partido que, em tese, é aliado de primeira hora do governo petista, mas passou a reforçar a oposição em votações específicas é o PSD, de Gilberto Kassab. Um dos motivos para o comportamento rebelde é o fato de o governo Lula ainda não ter cumprido o suposto compromisso de indicar a legenda para presidir a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Numa das cenas mais simbólicas do atrito, parlamentares do PSD aproveitaram um evento no Planalto, em setembro, para “emparedar” Padilha.

Ao perceber a presença de jornalistas no local, Padilha admitiu o enquadro. “Vocês viram o baculejo que eu tomei?”, questionou o ministro da SRI em tom irônico. Baculejo é uma gíria utilizada para se referir à revista feita por policiais que, em local público, colocam um suspeito com os braços e pernas abertas contra uma parede.

Com um Congresso conservador e majoritariamente de direita, Lula também pouco se esforçou para emplacar no Legislativo a chamada “pauta de costumes”, tão cara à sua militância. Entretanto, obteve sucessos na pauta econômica, encabeçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Em agosto, deputados e senadores aprovaram o novo arcabouço fiscal, formulado pela equipe de Haddad para substituir o teto de gastos. Como queria o governo, a nova regra deixou de fora o Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Mas os parlamentares derrubaram uma emenda patrocinada pelo Planalto que permitiria gastos extras de cerca de R\$ 40 bilhões, ao alterar o período da inflação considerada para calcular as despesas.

Em dezembro, o Congresso aprovou também a reforma tributária. Embora esse fosse também um projeto de Lira e Pacheco, a vitória permitiu a Lula se autodeclarar como o primeiro presidente a aprovar uma reforma do sistema de impostos do país em tempos democráticos.

Porém, apesar desses pontos positivos, a relação entre Executivo e Legislativo esteve longe da calma. Em diversos momentos, os parlamentares enviaram sinais de insatisfação, impondo ao Planalto derrotas importantes. Uma delas ocorreu no Senado, onde a escolha de Igor Roque para comandar a Defensoria Pública da União (DPU) foi rejeitada em outubro.

### ***Parlamentares enviaram sinais de insatisfação, impondo derrotas importantes ao Planalto***

Outras derrotas importantes foram na análise dos vetos do marco temporal, da desoneração da folha de pagamentos e, por fim, no projeto de lei que altera a regra de empate nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

No caso da questão indígena, o governo já sinaliza que pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), como forma de reverter a derrota. Na avaliação de Leonardo Barreto, cientista político da consultoria Vector Research, se o governo insistir em judicializar seus reveses, a situação pode ficar ainda mais complicada para o Executivo em 2024.



“O jeito que o governo perdeu mostra que ele não consegue jogar por essas regras. O meu receio é que, para o futuro, o governo passe a trazer o Judiciário cada vez mais para esse jogo, escalando esse conflito [com o Parlamento]. Se a gente pegar os placares dos vetos [derrubados], são placares de emenda constitucional. Se o governo se apoiar excessivamente no Judiciário, o Congresso pode se ressentir desse tapetão”, disse Barreto.

Dados obtidos pela Vector mostram, inclusive, que a gestão Lula tem uma das menores taxas de sucesso, quando se mede a quantidade de proposições apresentadas pelo Poder Executivo e aprovadas no mesmo ano, em relação a todas as proposições apresentadas à Câmara. O

levantamento foi feito pela pesquisadora e cientista política Joyce Luz (Cepesp-FGV) e aponta que Lula está repetindo o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, com apenas 27% de “taxa de sucesso”. A situação também é preocupante quando se trata de medidas provisórias (MPs): Lula tem uma taxa de aprovação de apenas 16%, menor ainda que a de Bolsonaro (21%), até então o valor mais baixo para um primeiro ano de mandato. O resultado contrasta as primeiras gestões de Lula, no qual o presidente atingiu número como 73% de aprovação de MPs e 62% de sucesso geral.

No caso das MPs, um dos motivos é que o governo viu várias de suas medidas serem desidratadas e alteradas pelo Legislativo. “Ainda que o governo comemore a aprovação de propostas como a MP 1185 e a PEC 45 (reforma tributária), as evidências apontam para um cenário bastante delicado, que levou Lula a reconhecer recentemente que faz um governo de minoria”, diz relatório da Vector Research.

Na avaliação dos auxiliares mais próximos do presidente, este cenário é uma “herança maldita” da gestão de Bolsonaro, que abriu portas para a ampliação das chamadas emendas de relator, identificadas pelo código RP9. O sistema também ficou conhecido como Orçamento secreto, por causa da falta de transparência nas indicações.

O argumento dos petistas é que, ainda que o Supremo tenha declarado o mecanismo inconstitucional, o tensionamento pelo controle da distribuição das emendas permanece desde então.

Isso porque, na época do orçamento secreto, os presidentes da Câmara e do Senado eram os responsáveis por dar o aval para o empenho das tais emendas. Com a decisão do Supremo, no entanto, o controle desse “caderninho” voltou às mãos do governo.

Padilha vem dizendo que o governo Lula não vai permitir a “volta do presidencialismo de delegação”, termo que ele cunhou numa referência indireta à relação política construída por Bolsonaro e o Centrão. “O presidente anterior [Bolsonaro] delegava, abdicava de fazer a agenda política. Não pensem que existe a hipótese da volta desse presidencialismo de delegação. Vamos construir juntos a agenda política”, disse o ministro.

Para Barreto, da Vector, porém, a insistência do governo em repetir a lógica de um sistema político antigo tem levado a uma exaustão precoce da relação entre Executivo e Legislativo. Um símbolo disso é que o governo continua tendo problemas com o “timing” do pagamento de emendas, ainda que o volume de recursos seja maior. “Se as emendas já estão garantidas, o governo trabalha profundamente com timing [de pagamento] e isso está levando a uma exaustão muito precoce”, explicou o cientista político.

A cúpula da Câmara tem se incomodado com as críticas do Palácio do Planalto. Pessoas próximas ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizem que o problema do governo não são as emendas, e sim os gastos com os juros da dívida pública - que chegam a cerca de R\$ 1 trilhão. Há uma reclamação na cúpula da Câmara no sentido de que ninguém no governo, além do ministro Fernando Haddad, fala em corte de despesas.



Outra reclamação recorrente é que o governo não cumpre o acordo com o Congresso sobre as emendas, nem sobre as nomeações. O motivo seria uma suposta falta de articulação política. Há incômodo, ainda, sobre acordos relacionados a aprovação de matérias que posteriormente o presidente Lula descumpra e veta.

Procurados, Arthur Lira e Juscelino Filho não quiseram se manifestar.

A constatação de que a base política do governo segue frágil alimentou especulações de que Lula promoveria uma reforma ministerial no início deste ano. Ministros com quem o Valor conversou, no entanto, afirmam que não deve haver uma nova mexida na Esplanada no curto prazo.

A única mexida deverá ocorrer no Ministério da Justiça, com a saída de Flávio Dino, que teve sua indicação por Lula para a vaga deixada por Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal (STF), aprovada pelo Senado. Ricardo Lewandowski, ex-ministro do STF, e Wellington César Lima e Silva, atual subchefe para Assuntos Jurídicos (SAJ) do Planalto, são apontados como favoritos.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 03/01/2024**

## MINISTRO DO TCU NEGA PEDIDO E MANTÉM PORTARIA QUE LIMITA VOOS NO SANTOS DUMONT EM 2024

Medida prevê que apenas voos que não ultrapassem 400 km de distância e que sejam domésticos poderão aterrissar no aeroporto central do Rio

*Por Marcelo Ribeiro — Brasília*



**Aeroporto Santos Dumont, na região central do Rio de Janeiro — Foto: Hermes de Paula/Agência O Globo - 23/10/2023**

O ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), decidiu manter a restrição de voos internacionais no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, rejeitando uma solicitação feita pela prefeitura de Guarulhos (SP) para que portaria do Ministério de Portos e Aeroportos, que impôs a limitação, fosse derrubada.

Assinada em agosto pelo governo federal, a portaria transfere voos do Santos Dumont para o Galeão, ambos do Rio. Válida apenas a partir de 2 de janeiro, a medida prevê que apenas voos que não ultrapassem 400 km de distância e que sejam domésticos poderão aterrissar no Santos Dumont. Os demais, inclusive os internacionais, deverão obrigatoriamente pousar no Galeão.

“Não é preciso ser engenheiro ou gestor para saber que não tem sentido o Galeão ficar paralisado porque as pessoas preferem sair do Santos Dumont”, afirmou Lula ao participar da assinatura da portaria. “O Galeão foi construído para ser o aeroporto internacional, a porta de entrada de qualquer estrangeiro que quer entrar no Brasil. É necessário [intervir] para criar uma coisa mais inteligente, a pessoa voar [para fora do país] de um aeroporto muito mais seguro”.

Um dos objetivos é salvar as operações do Galeão, que está com a capacidade ociosa. A negociação para diminuir o esvaziamento do Galeão e diminuir a sobrecarga do Santos Dumont se arrastava desde o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em sua decisão, o ministro do TCU argumenta ser contrário a derrubada da norma antes mesmo de sua implementação. Para ele, é necessário avaliar os resultados e a adequação da mudança antes de promover qualquer ajuste na portaria.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 03/01/2024**

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### CARIOCA ENGENHARIA CONCLUI PRIMEIRA ETAPA DE CONCRETAGEM DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/01/2024 - 18:37



A Carioca Engenharia acaba de realizar a primeira concretagem de superestrutura do projeto de ampliação do Porto do Rio de Janeiro, utilizando uma nova metodologia com formas em painéis metálicos móveis produzidos no canteiro. Cada etapa contempla, em média, 380 metros cúbicos de concreto 40 MPa. Estão previstas 12 fases até o primeiro trimestre de 2024.

Depois de pronta, a obra vai aumentar em quase seis mil metros quadrados a área do cais do Rio de Janeiro, expandindo a capacidade operacional no fluxo de navios e a movimentação e estocagem de contêineres para importação e exportação de materiais e produtos.

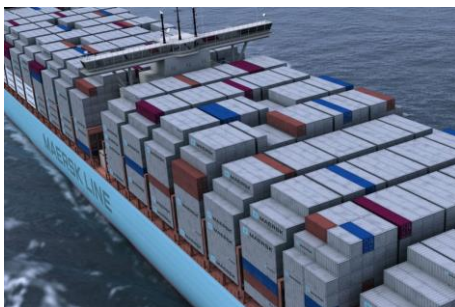
“Para esta obra, conseguimos viabilizar a utilização de uma forma metálica para concretos in loco, ao contrário do que normalmente é desenvolvido em todas as obras de engenharia do Brasil. Estamos falando de uma obra disruptiva e que vai deixar um legado para os nossos próximos projetos”, comentou Gustavo Maschietto, diretor de Engenharia da empresa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/01/2024

#### CUSTOS DE TRANSPORTE DISPARAM COM ATAQUES NO MAR VERMELHO

Da Redação NAVEGAÇÃO 03/01/2024 - 18:30



O poder naval militar da Marinha dos EUA, empenhado em dar segurança à navegação comercial no Mar Vermelho, tem sido insuficiente para dissuadir os ataques Houthi. No sábado (30/12), após um ataque a um de seus navios, a Maersk anunciou suspensão novamente dos serviços. Numa atualização aos clientes, a armadora dinamarquesa disse: “Tomamos a decisão de interromper todos os trânsitos através do Mar Vermelho e do Golfo de Aden até novo aviso”.

No ataque, o navio foi atingido por um míssil. A Marinha dos EUA interceptou mais dois mísseis apontados ao navio. Um ataque mais audacioso começou nas primeiras horas de domingo, quando quatro pequenos barcos foi utilizado para desembarcar militantes a bordo para assumir o controle do navio. No entanto, isso foi frustrado pela equipe de segurança do navio e por helicópteros navais dos EUA.

Três dos quatro pequenos navios utilizados no ataque foram afundados, com todos os militantes mortos, o que não foi suficiente para impedir a Maersk de restabelecer a suspensão dos serviços que tinha relaxado em 24 de dezembro.

Segundo despachantes e embarcadores, o desdobramento dessa nova ação é um aumento nos custos e uma série de sobretaxas por parte de transportadoras, além de atraso nas entregas.

Das principais transportadoras, a CMA CGM até o momento é a única disposta a manter um navio transitando pelo Mar Vermelho, com a segurança de um navio de guerra francês.

Os aumentos nos custos incluem sobretaxas de contingência, encargos e sobretaxas de emergência.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/01/2024

## TRANSPETRO ENCERRA 2023 COM MAIS DE R\$ 500 MILHÕES EM NOVOS NEGÓCIOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 03/01/2024 - 18:16



*Maioria dos contratos é com empresas fora do Sistema Petrobras*

A Petrobras Transporte (Transpetro) encerrou o ano de 2023 com mais de R\$ 500 milhões em contratos de novos negócios, firmados, em sua maioria, com empresas fora do Sistema Petrobras.

Com mais de 180 clientes e operando 48 terminais (27 aquaviários e 21 terrestres), cerca de 8,5 mil quilômetros de dutos e 36 navios, a Transpetro é a maior subsidiária da Petrobras e, também, a maior companhia de logística multimodal de petróleo e derivados da América Latina. A oferta dos serviços de logística em terra e mar para clientes privados é uma das metas da nova gestão da companhia.

Segundo a empresa, a Transpetro possui capilaridade para prestar serviços de forma abrangente, o que tem impulsionado a busca por novos contratos por parte do setor privado.

"Cada vez mais os agentes do mercado veem valor na experiência e competência da Transpetro e, com isso, conseguimos atingir uma das nossas metas, que é gerar novos negócios para a companhia", avaliou o presidente da Transpetro, Sergio Bacci.

Para ele, as parcerias firmadas serão ampliadas "porque a capilaridade e sinergia das nossas operações geram um grande diferencial competitivo na logística de petróleo, derivados e biocombustíveis."

### Estratégias

Um exemplo do posicionamento estratégico da Transpetro na busca por parceiros de negócios fora do Sistema Petrobras são os novos contratos para operações ship to ship (transbordo de petróleo e derivados entre navios) na Baía de Todos os Santos, na Bahia, com diversos clientes, entre eles Acelen, Ream e Seacrest.

Segundo Sergio Bacci, essa opção logística possibilita ganho de escala nas movimentações de produtos com navios maiores e pode reduzir em até 30% os custos de transporte envolvidos no modal marítimo.

Na Região Norte, foram desenvolvidas novas operações de ship to barge (transbordo de petróleo e derivados entre navios e barcas) em diversos locais do Amazonas. Para a empresa, esse modal está sendo fundamental na manutenção do abastecimento de combustíveis na região no período da pior vazante dos rios dos últimos tempos. Os clientes atendidos no Norte pela Transpetro incluem Raízen, Novum e Ream.

O ano de 2023 marcou a utilização inédita pela Transpetro de um navio de sua própria frota para atender um cliente privado, com contrato de transporte aquaviário de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) de Coari para Manaus.

### Ambiente diverso

Também no ano passado, a Transpetro promoveu a reorganização administrativa e criou uma Gerência Executiva de Novos Negócios, ligada diretamente à presidência. Foi ampliado ainda em 48% o número de mulheres em cargos gerenciais.



Agora, 96 gerências são comandadas por representantes do sexo feminino. Cresceu também o número de profissionais que se autodeclararam pretos, pardos, amarelos e indígenas em postos de liderança. O aumento registrado foi de 17%.

Para a nova gestão da Transpetro, um ambiente de trabalho seguro e diverso “é fundamental para gerar mais crescimento dos negócios”.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 03/01/2024*

### **MARINHA DO BRASIL RESGATOU 754 PESSOAS NO MAR E RIOS EM 2023**

*Da Redação NAVEGAÇÃO 03/01/2024 - 18:14*

Serviço de Busca e Salvamento resgatou com vida 5.764 pessoas desde 2019

Um passageiro a bordo do "MSC Preziosa" foi dado como desaparecido na madrugada de 30 de dezembro, enquanto o navio navegava para Angra dos Reis, Brasil. Uma busca minuciosa foi realizada a bordo e foi confirmado que o hóspede saltou intencionalmente ao mar. Dois barcos de apoio procuraram por várias horas, mas, apesar dos grandes esforços para localizar o hóspede, ele não foi encontrado.

O incidente foi comunicado imediatamente à Marinha do Brasil (MB) que, por intermédio do Navio-Patrolha “Maracanã”, permanece com as buscas em curso pelo quarto dia consecutivo, considerando padrões técnicos e históricos, as ações de ventos, marés e correntes de deriva da região.

Com o propósito de obter mais informações que possam auxiliar nas buscas, também estão sendo emitidos Avisos-Rádio Náuticos, dando ampla divulgação via rádio, com o objetivo de alertar e solicitar apoio a todas as embarcações que navegam em áreas próximas.

Esse trabalho de busca e salvamento marítimo, operado pela MB, já resgatou, com vida, desde 2019, 5.764 pessoas, como resultado de 1.818 ações de busca e salvamento marítimo.

Em 2023, até 21 de dezembro, 754 sobreviventes foram resgatados em 284 incidentes registrados no país.

O Serviço de Busca e Salvamento (conhecido como SAR, do inglês Search and Rescue) é empregado no mundo todo para qualquer situação anormal, em uma embarcação ou aeronave ou de seus ocupantes, que possa desencadear operações de socorro. No Brasil, a atividade de Serviço de Busca e Salvamento Marítimo é gerenciada pela Marinha do Brasil e o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico é coordenado pela Força Aérea Brasileira (FAB). Conforme a necessidade, é efetuado apoio mútuo e as estruturas organizacionais contam com a assistência de vários órgãos estaduais e municipais, como o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil.

Uma das primeiras diretrizes do SAR marítimo foi estabelecida pela Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (Convenção SOLAS – 1974), compromisso internacional assinado pelo Brasil. O País também é signatário de outros tratados como a Convenção Internacional de Busca e Salvamento Marítimo (Convenção de Hamburgo, 1979) e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM - Jamaica 1982). Em abril de 2022, o governo brasileiro editou o Decreto Nº 11.031, com o objetivo de acrescentar regras para aperfeiçoar as operações de busca e salvamento marítimos.

Com os acordos internacionais assumidos nas décadas de 1970 e 1980, a Marinha implantou os Centros de Coordenação de Salvamento (Salvamar) nos Distritos Navais, que são os comandos regionais da Força, para atender a todos os incidentes de SAR. A supervisão do serviço fica na competência do Salvamar Brasil, situado no Rio de Janeiro (RJ). A atuação vai do litoral brasileiro até ao meridiano de 10° W, uma extensa área de mais de 14 milhões de quilômetros quadrados. As principais áreas navegáveis dos rios também dispõem de centros de coordenação SAR Fluvial.



A vigilância da costa é feita por meio do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo, do Sistema Marítimo Global de Socorro e Segurança, bem como pelo Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário. Além disso, a Marinha, em parceria com agências e órgãos governamentais, coordena a implementação e o aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), com o objetivo de integrar os sistemas e sensores, ampliando a capacidade de monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras e da área SAR brasileira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/01/2024

## SUPER TERMINAIS VAI RECEBER COM EXCLUSIVIDADE NAVIOS DA NORCOAST EM MANAUS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02/01/2024 - 20:39



O Super Terminais, terminal privativo no Polo Industrial de Manaus, fechou parceria com a Norcoast, uma joint venture 50/50 entre a alemã Hapag-Lloyd e a brasileira Norsul, para receber com exclusividade os navios da companhia em Manaus (AM).

A Norcoast vai operar uma nova opção para transporte marítimo em contêineres ao longo da costa brasileira e da bacia amazônica, atendendo os principais portos e regiões metropolitanas do país.

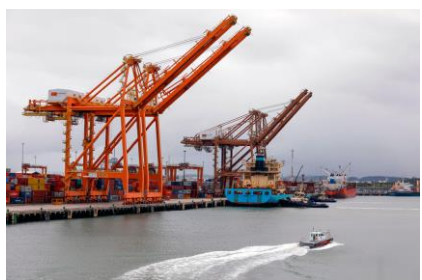
A expectativa é que a partir deste início de 2024 a empresa passe a escoar a produção de eletroeletrônicos, duas rodas, plástico e químico da Região Norte para o Brasil por meio de quatro navios de 3,5 mil TEUs.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/01/2024

## ARTIGO - REPORTE ATÉ 2028

Por Thianne de Azevedo Silva Martins e Larissa Peterle Mantuan OPINIÃO 02/01/2024 - 20:37



Às vésperas de sua extinção, o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto foi prorrogado até 31 de dezembro de 2028 pela Lei nº 14.787/2023, publicada em 29/12/2023 no Diário Oficial da União.

Essa é uma excelente notícia para os beneficiários do Reporto que deixariam de usufruir do regime a partir do dia 31/12/2023. Com a prorrogação prevista na Lei nº 14.787/2023, permanece vigente, até o final do ano de 2028, a suspensão do IPI (Imposto sobre

Produtos Industrializados), do II (Imposto de Importação), da contribuição ao PIS e da Cofins na aquisição interna e na importação de máquinas, equipamentos, peças de reposição, entre outros bens, pelos beneficiários do regime, desde que sejam destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços específicos abarcados pelo Reporto.

De todo modo, a reflexão sobre a efetiva desoneração do Reporto, durante seu novo prazo de vigência, faz-se necessária em razão de possíveis efeitos decorrentes das alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023 no Sistema Tributário Nacional.

Na prática, nem todos os tributos suspensos pelo Reporto existirão até 31/12/2028. Diante das disposições da Emenda Constitucional nº 132/2023, constata-se que a desoneração total do regime terá efeitos apenas até o final de 2026, haja vista a extinção das contribuições PIS/Cofins e a redução de alíquota a 0% para o IPI em 2027. Pode-se dizer, que apenas o II sobreviverá até o final do novo prazo do Reporto.

Há que se atentar, também, para a possibilidade de oneração das operações beneficiadas pelo Reporto em razão da instituição da Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS (2026) e do Imposto

Seletivo - IS (2027) durante a vigência do regime, cuja regulamentação será tratada via lei ordinária ou complementar em futuro breve.

Com base no atual cenário, a projeção da efetiva desoneração do Reporto seria (i) a de suspensão do II, IPI, PIS e Cofins no período de 2024 ao final de 2026 e (ii) a de suspensão apenas do II nos anos de 2027 e 2028, devido à redução de alíquota a 0% e/ou extinção quanto aos demais tributos mencionados, além de uma possível oneração das operações beneficiadas pelo regime em razão da criação de novos tributos como a CBS e o IS, o que será definido pela futura regulamentação.

Ainda que, na prática, o benefício sofra qualquer redução na carga tributária atualmente desonerada, a prorrogação do regime até o final do ano de 2028 é, sem dúvidas, uma grande notícia não só para o setor portuário mas também para a cadeia logística nacional, considerando a função significativa que o Reporto tem na manutenção da eficiência do fluxo de comércio exterior do País, na competitividade e na atração de investimentos ao setor portuário, ao viabilizar a ampliação de sua infraestrutura e modernização.

Autoras Thianne de Azevedo Silva Martins é advogada do Toledo Marchetti Advogados, com atuação nas áreas tributária e aduaneira pós-graduada em Direito e Processo Tributário pela Fundação Escola Superior do Ministério Público; Bacharela em Direito pela Universidade Candido Mendes.

Larissa Peterle Mantuan é advogada do Toledo Marchetti Advogados, com atuação em direito tributário, pós-graduanda em Tributação e Negócios pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 02/01/2024*

## EXPORTAÇÃO DE GRÃOS VIA PORTOS AMAZÔNICOS AUMENTA MAIS DE 20% EM 2023

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02/01/2024 - 20:28*

As exportações brasileiras de grãos via portos do Arco Amazônico totalizaram 51 milhões de toneladas até 30 de novembro, segundo dados da Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport).

“Ano de 2022 foi um ano muito bom, 'molhado', e em 2023 tivemos uma super seca. Mas, mesmo assim, ao fim de novembro já movimentáramos 22% mais cargas do que o período no ano anterior”, comemorou o presidente da entidade, Flávio Acatauassú.

O ano de 2023 deve ter alcançado o volume total alcance 55 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 32,5% em relação aos 41,5 milhões de toneladas movimentadas em 2022, quando a região respondeu por 51% do total de grãos agrícolas movimentado nos portos brasileiros.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 02/01/2024*

## OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA: RESULTADO DO 2º CICLO É HOMOLOGADO PELA ANP

*Da Redação OFFSHORE 02/01/2024 - 20:23*



Foi publicada nesta terça-feira (2), no Diário Oficial da União, a homologação do resultado do 2º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha da Produção, realizada em 13 de dezembro. Nessa rodada de licitações, o bloco de Tupinambá, na Bacia de Santos, foi arrematado pela empresa BP Energy.

O bônus de assinatura, que é fixo nas licitações de partilha, foi de R\$ 7.047.000,00, e estão previstos R\$ 360 milhões em

investimentos pela empresa vencedora na primeira fase do contrato (fase de exploração).

O percentual do excedente em óleo oferecido à União foi de 6,5%, com um ágio de 33,2% com relação ao mínimo estabelecido em edital. O excedente em óleo é a parcela da produção de petróleo e/ou gás natural a ser repartida entre a União e a empresa contratada, segundo critérios definidos em contrato, resultante da diferença entre o volume total da produção e as parcelas relativas aos royalties devidos e ao custo em óleo (parcela da produção correspondente aos custos e aos investimentos da empresa na operação do campo).

Os próximos passos serão a apresentação, pela empresa vencedora, de garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo (PEM), entrega de documentos obrigatórios e pagamento do bônus de assinatura ofertado. Em seguida, poderá ser realizada a assinatura do contrato de partilha, prevista para ocorrer até 31 de maio.

**Fonte:** Portal Portos e Navios - RJ

**Data:** 02/01/2024

## EIG ADQUIRE A OCYAN POR US\$ 390 MILHÕES

Da Redação OFFSHORE 02/01/2024 - 20:21

**Flavio Valle: Ocyan alcançará uma nova fase de crescimento**



O EIG, investidor institucional líder nos setores de energia e infraestrutura do mundo inteiro, anunciou em 28 de dezembro que celebrou acordos definitivos com a Novonor S.A. e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) para adquirir a Ocyan Participações S.A. A aquisição da fornecedora brasileira de soluções para a indústria offshore de óleo e gás foi realizada por US\$ 390 milhões, considerando US\$ 283 milhões pela participação de 100% do capital da Novonor e valor restante para liquidação do saldo devedor de títulos sem direito a voto

relacionados à companhia.

Os recursos da transação referentes à participação acionária da Novonor serão pagos diretamente ao BNDESPAR de acordo com o contrato fiduciário previamente celebrado por essas partes, a fim de liquidar uma parcela da dívida da Novonor.

A Ocyan tem um histórico de 23 anos no fornecimento de soluções de manutenção de alta qualidade para o setor offshore de óleo e gás, incluindo a operação de projetos de descomissionamento e construção submarinos. Única operadora brasileira da indústria de FPSO, a Ocyan opera atualmente quatro unidades offshore por meio de uma joint venture 50/50 com a Altera Infrastructure, mantendo contratos de longo prazo com a Libra Consortium, Karoon Energy e 3R Petroleum. A empresa, com mais de três mil funcionários dedicados, estabeleceu recentemente uma divisão de Novas Energias focada na digitalização da indústria de óleo e gás e em contratos de engenharia, aquisição e construção para projetos de energia renovável.

O EIG investiu mais de US\$ 2 bilhões no Brasil desde 1998. A empresa destaca em nota que "a aquisição da Ocyan reflete a estratégia brasileira abrangente e de longo prazo do EIG, focado em infraestrutura que apoia a produção de petróleo bruto de alta qualidade em águas profundas, atividades de descomissionamento e investimentos em energias renováveis e projetos de baixo carbono".

"Conheço e respeito a Ocyan há décadas", disse Blair Thomas, presidente e CEO do EIG. "A resiliência da empresa e a força de seus negócios a ajudaram a superar adversidades econômicas significativas, ao mesmo tempo que manteve um balanço patrimonial saudável, posicionando a Ocyan para o crescimento de longo prazo. O Brasil abriga mais de 25% da frota global de FPSO e acreditamos que a dinâmica futura do mercado para infraestrutura de petróleo e gás no Brasil é muito favorável, ressaltando nosso duplo compromisso de apoiar o crescimento e o desenvolvimento nesta

importante região, ao mesmo tempo em que criamos valor para nossos investidores. Também estamos entusiasmados em apoiar os empreendimentos da Ocyan no espaço de energias renováveis para ajudar a impulsionar a transição energética”.

Flavio Valle, Diretor Geral e Chefe do EIG no Brasil, ressaltou: “FPSO é uma classe de ativos atraente para oportunidades de equity e dívida, e temos o prazer de aprofundar nossa presença na indústria. Admiramos a Ocyan há muitos anos e ficamos impressionados com sua capacidade de desenvolver projetos ambiciosos em ambientes econômicos desafiadores. Com a nossa presença global e capacidades locais, que agora são reforçadas por compromissos de capital significativos de clientes locais e pelo nosso relacionamento estabelecido com a Lake Capital, gestora de recursos local estreando com esta transação, acreditamos que o EIG está em uma posição única para entregar esta operação complexa e conduzir a Ocyan a uma nova fase de crescimento”.

Já Héctor Nuñez, CEO da Novonor, entende que “este é outro marco importante para o Grupo Novonor no cumprimento dos seus compromissos com seus stakeholders, uma vez que visa restabelecer o foco da empresa em operações diversificadas no setor de engenharia, onde foi estabelecida há quase 80 anos. Temos muito orgulho da Ocyan e de sua equipe, que são reconhecidas pela excelência operacional e técnica. Temos certeza de que sua trajetória de sucesso continuará”.

Roberto Prisco Paraiso Ramos, CEO da Ocyan, destacou que a empresa “construiu e operou mais de US\$ 4 bilhões em plataformas de perfuração, navios de apoio de lançamento de dutos e FPSOs, sozinha ou em joint ventures, sempre contando com o forte suporte de seus acionistas e da Novonor. Esta aquisição não impacta os contratos e operações atuais com nossos clientes e fornecedores. Este é mais um capítulo importante da nossa história e sem dúvida criará novas oportunidades para a Ocyan”.

A conclusão da transação está sujeita a condições habituais de fechamento e deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2024.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 02/01/2024*

## ARTIGO - BENEFÍCIOS DA ANÁLISE DE DADOS PARA A LOGÍSTICA DO SETOR DE TRANSPORTES

*Por Vania Rios OPINIÃO 02/01/2024 - 20:10*



De acordo com o Relatório Executivo do Plano Nacional de Logística 2025, a infraestrutura de transporte impacta diretamente na competitividade de um país. Entre 137 países avaliados, o Brasil ocupa a 65ª posição em qualidade de infraestrutura de transportes no Índice de Competitividade Global (2017-2018). Com uma pontuação de 3,7 (sendo 0 como muito ruim e 7 como muito bom), o País se posiciona abaixo de outros que pertencem ao grupo BRICS — formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Por meio desse relatório, é possível compreender como a falta de um planejamento sistêmico pode impactar no congestionamento de alguns recursos de transportes, à medida que outros são utilizados de modo ocioso. Um exemplo disso é o elevado desgaste das rodovias pelo intenso uso do modelo rodoviário para o transporte de cargas, ao mesmo tempo que há baixo aproveitamento do transporte hidroviário brasileiro. Para isso, é necessário que as empresas se atentem às tecnologias que podem aprimorar a logística dos transportes mais utilizados do Brasil, enquanto a distribuição equilibrada não ocorre.

Em um lugar com uma vastidão territorial e diversidade geográfica, a análise de dados históricos para o planejamento do governo surge como uma ferramenta indispensável que otimiza e aprimora a infraestrutura de transportes. Porém, como o planejamento e a execução demandam tempo, é





importante que as empresas do setor de transportes tomem medidas para os que são mais utilizados no presente, investindo na abordagem de análise de dados em tempo real para enfrentar os desafios e impulsionar a eficiência desse setor tão crucial.

Sua aplicação no funcionamento dos veículos permite obter insights valiosos sobre os fluxos de tráfego, demandas de transporte e tendências futuras, concebendo a identificação de gargalos, antecipação de problemas e direcionamento de investimentos de forma mais precisa e estratégica. Ao entender os padrões de movimentação de pessoas e mercadorias, é possível tomar decisões mais assertivas para aprimorar a mobilidade e a conectividade da nação.

Um dos principais benefícios desse método na infraestrutura de transportes é a capacidade de prever e mitigar congestionamentos. Por meio de sensores de tráfego, sistemas de monitoramento de veículos e cargas e aplicativos de transporte, é possível identificar áreas propensas a congestionamentos recorrentes e adotar medidas corretivas. Além disso, pode ajudar na identificação de padrões sazonais, como os períodos de maior movimento durante feriados e férias, permitindo um planejamento mais eficiente e adaptativo.

A implementação de soluções de mobilidade inteligente também se beneficia da análise de dados. Com a coleta e o processamento de informações sobre os hábitos de deslocamento da população, as preferências de transporte e as demandas específicas de cada região, o governo pode projetar sistemas de transporte público mais eficientes e integrados, permitindo traçar rotas de transporte mais eficientes, aprimorar a gestão de frota e otimizar o uso de recursos, que resultam em maior qualidade de serviço para os usuários.

Outro ponto relevante é que esse modelo de análise de dados em tempo real pode auxiliar na tomada de decisões em relação à expansão e modernização da infraestrutura de transportes. Ao analisar dados demográficos, padrões de crescimento urbano e projeções futuras, também é possível detectar áreas que demandam investimentos em novas estradas, ferrovias, aeroportos e portos. Isso contribui para evitar investimentos desnecessários, garantindo que os recursos sejam alocados de forma adequada.

Mediante esses fatores, é possível concluir que, ao adotar a análise de dados em tempo real como uma estratégia central para o funcionamento saudável dos transportes mais utilizados, as empresas fortalecerão sua capacidade de tomar decisões embasadas, promovendo a eficiência operacional e melhorando a experiência dos cidadãos. Enquanto o governo faz o planejamento em investimentos adequados em tecnologia de análise de dados históricos para aperfeiçoar o uso de transportes, formação de especialistas e governança de dados, contribuindo para que o País avance rumo a um sistema mais moderno, sustentável e integrado, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.

Vania Rios Vania Rios é diretora de vendas da Viasat, Intelie

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/01/2024



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : InforMS

Data: 03/01/2024